JOSIANE MEYER DE GOES

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE MUNICIPAL DE JOINVILLE: CAMINHOS E DESCAMINHOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

JOINVILLE
2013

JOSIANE MEYER DE GOES

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE MUNICIPAL DE JOINVILLE: CAMINHOS E DESCAMINHOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Dissertação apresentada à Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação. Linha de Pesquisa: Política e Práticas Educativas, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Educação.
Orientadora: Prof. Dra. Elizabete Tamanini

JOINVILLE
2013

Catalogação na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

G598e

Goes, Josiane Meyer de
A educação de jovens e adultos na rede municipal de Joinville : caminhos e descaminhos na implementação das políticas públicas / Josiane Meyer de Goes ; orientadora Dra Elizabete Tamanini – Joinville: UNIVILLE, 2013.

99 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação – Universidade da Região de Joinville)

1. Ensino de Jovens e Adultos (EJA) – Rede Municipal de Joinville – Políticas públicas. I. Tamanini, Elizabete. (orient.). II. Título.

CDD 374

Termo de Aprovação

"A Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Joinville: Caminhos e Descaminhos na Implementação das Políticas Públicas"

por

Josiane Meyer de Goes

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestra em Educação, aprovada em sua forma final pelo Programa de Mestrado em Educação.

Profa. Dra. Elizabete Tamanini
Orientadora (UNIVILLE)

Profa. Dra. Márcia de Souza Hobold
Coordenadora do Programa de Mestrado em Educação

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Elizabete Tamanini
Orientadora (UNIVILLE)

Profa. Dra. Zilma Isabel Peixer
(UFSC)

Profa. Dra. Nelma Baldin
(UNIVILLE)

Joinville, 25 de março de 2013

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Elizabete Tamanini, Betinha, um exemplo de competência, humildade e coerência com os princípios de uma Educação Libertadora que, com amorosidade e paciência, orientou em todas as etapas deste processo.

Às Professoras Doutoras Nelma Baldin e Zilma Isabel Peixer que contribuíram significativamente no processo de qualificação para o aprofundamento das discussões.

Ao meu filho Christian que em muitos momentos me questionou se eu nunca terminaria este trabalho.

Ao meu marido Odair, pelo incentivo, apoio e compreensão.

Aos meus pais Geraldo e Lídia, grandes incentivadores, que se fizeram presentes em todos os momentos.

Às amigas de caminhada: Deneusa, Rafaela e Carin, pelos conhecimentos, alegrias, angústias e esperanças compartilhadas.

À Deyze, amiga e companheira de trabalho, que muito contribuiu com informações, documentos e explicações.

A todos os professores do Mestrado em Educação que através das aulas contribuíram com seus conhecimentos e experiências.

O exercício de pensar o tempo, de pensar a técnica, de pensar o conhecimento enquanto se conhece, de pensar o quê das coisas, o para que, o como, o em favor de que, de quem, o contra que, o contra quem, são exigências fundamentais de uma educação democrática à altura dos desafios do nosso tempo.

PAULO FREIRE

RESUMO

A presente dissertação é o resultado de um trabalho de pesquisa cujo objetivo principal é refletir sobre o processo de construção da Educação de Jovens e Adultos-EJA como política pública de Estado, assim como evidenciar a ampliação do direito à Educação como elemento intrínseco à condição humana. Para tanto, procurou-se realizar uma revisão bibliográfica sobre o desenvolvimento do direito à Educação de Jovens e Adultos no Brasil, tendo como referência a Constituição Federal de 1988, assim como diversos documentos de caráter infraconstitucional. Dentro desta perspectiva observa-se a necessidade do reconhecimento da educação de jovens e adultos como uma modalidade fundamental da educação básica, assim como suas especificidades no contexto da produção social da desigualdade no Brasil. Também foram levantados os indicadores estatísticos com base nos bancos de dados do IBGE e do INEP. Os indicadores contemplaram a população analfabeta, de 15 anos ou mais, no Brasil, no Estado de Santa Catarina e no Município de Joinville. No que diz respeito ao município, levantou-se também a população que não concluiu o Ensino Fundamental. E, para finalizar, foram analisados os Relatórios Anuais da Secretaria de Educação que se referem à Educação de Jovens e Adultos, assim como todos os Programas desenvolvidos pela mesma. Cabe ressaltar que no decorrer desta pesquisa foi possível visualizar avanços e recuos, revelando, assim, que há um longo caminho a percorrer para que sejam estabelecidas as políticas públicas na perspectiva de uma educação emancipadora e de qualidade a todos os sujeitos envolvidos neste processo.

Palavras-chave: Educação; Políticas Públicas; Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

This dissertation is the result of a research project whose main objective is to reflect on the process of building the Education of Youth and Adults - Adult Education as a public policy of the State as well as highlight the expansion of the right to education as intrinsic to the human condition. Therefore, we sought to conduct a literature review on the development of the right to Youth and Adults in Brazil, with reference to the Constitution of 1988 as well as various documents infra character. Within this perspective there is a need to recognize the youth and adult education as a fundamental mode of basic education, as well as their specificities in the context of the production of social inequality in Brazil. Also raised were the statistical indicators in the database IBGE. The indicators contemplated the population aged 15 or more illiterate, level of Brazil, Santa Catarina State and Joinville City. With regard to the municipality rose also the population that has not completed elementary school, then being considered functionally illiterate. And finally we analyzed the annual reports of the Secretary of Education regarding the Youth and Adult Programs like all developed by the same. It is noteworthy that during this research was possible to visualize advances and retreats, thus revealing that there is a long way to go in order to establish an emancipatory education and quality to all individuals involved in this process.

Keywords: Education, Public Policy, Youth and Adults

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais 41
GRÁFICO 02 – Faixa Etária da População Analfabeta em Santa Catarina 43
GRÁFICO 03 – Matrículas na Educação de Jovens e Adultos em Santa Catarina 45
GRÁFICO 04 – Faixa Etária da População Analfabeta de Joinville 48
GRÁFICO 05 – Comparativo de Matrículas – 1996 a 2000 56
GRÁFICO 06 – Modalidade Presencial 1º Segmento (1º a 4º série) 65
GRÁFICO 07 – Modalidade Presencial 2º Segmento (5º a 8º série) 68
GRÁFICO 08 – Números de alunos matriculados no ensino modularizado. 70
GRÁFICO 09 – Número de Alunos Matriculados na Modalidade Telessala 72

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Trajetória da Educação de Jovens e Adultos – Séries Iniciais..... 63
FIGURA 02 – Trajetória da Educação de Jovens e Adultos – Séries Finais 63

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - Distribuição da Carga Horária por Área do Conhecimento.....73
QUADRO 02 - Conteúdos Programáticos por Área do Conhecimento e Período 75

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Distribuição dos Recursos - FUNDEB 32
TABELA 02 - Comparação FUNDEB 2007 e 2012 em Santa Catarina (em reais) 34
TABELA 03 - Taxa de Analfabetismo por categorias selecionadas – população de 15 anos ou mais 2004-2009 (em %) 40
TABELA 04 - Matrículas na Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental..... 44
TABELA 05 - Índices do IDHM dos 13 primeiros colocados com base no Censo Demográfico de 2000. 50
TABELA 06 - Relação referente ao número de escolas, número de alunos 1ª a 4ª série e número de alunos 5ª a 8ª série..... 53
TABELA 07 - Comparativo de Matrículas e Turmas -1996/1997/1998 54
TABELA 08 - Nível de ensino e área de abrangência..... 57

LISTA DE SIGLAS

CEAA – Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos

CENTRO POP – Centro de Referências

CME – Conselho Municipal de Educação

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONFITEA – Conferência Internacional de Educação de Adultos

CPC – Centro Popular de Cultura

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FECE – Fundação Catarinense de Educação na Empresa

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira

IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MCP – Movimento de Cultura Popular

MEB – Movimento de Educação de Base

MNEA – Campanha Nacional de Educação Rural

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização

PNUD – Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

RESUMO ..... **vi**
ABSTRACT ..... **vii**
1 QUESTÕES INTRODUTÓRIAS **15**
1.1 Trajetória de vida: como encontrei meu tema ou como ele me encontrou 15
1.2 Nossos objetivos: um direcionamento a percorrer 18
1.3 Bases Metodológicas: construindo conhecimentos 20
2 EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: ASPECTOS HISTÓRICOS **24**
2.1 Movimento Histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Tensões e Enfrentamento como um direito intrínseco do ser humano 26
2.2 As Conferências Internacionais – As CONFITEAS 36
2.3 Análise dos Indicadores Oficiais 38
2.3.1 Contextos da Educação de Jovens e Adultos por Região 39
2.3.2 Um Lugar para ser Olhado: A Educação de Jovens e Adultos em Santa Catarina 42
3 UM LUGAR PARA SER ESTUDADO: A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE MUNICIPAL DE JOINVLLE **47**
3.1 “Quem Tem Dúvida do IDH?”: Sobre a EJA em Joinville 49
3.2 A Educação de Jovens e Adultos: Dilemas e Desafios 60
3.3 Os Programas Oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação 62
3.3.1 Modalidade Presencial 1º Segmento 64
3.3.2 Modalidade Presencial 2º Segmento 66
3.3.3 Modalidade Ensino Modular 68
3.3.4 Modalidade Telessala 71
3.3.5 Modalidade Novo Presencial 2º Segmento: Avanços e Recuos 73
3.3.6 PROJOVEM Urbano 80
3.3.7 PROEJA-FIC 82
3.4 Instituições Atendidas pela Secretaria Municipal de Educação 84
3.4.1 Penitenciária Industrial Jucemar Cesconeto 84
3.4.2 Presídio Regional de Joinville 85
3.4.3 Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório – CASEP 85
3.4.4 Comunidade Terapêutica Opção de Vida 86

3.3.5 Comunidade Terapêutica Rosa de Saron.....87
3.3.6 Centro POP.....87
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFLEXÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE JOINVILLE.....90
REFERÊNCIAS 93

1 QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

Esta dissertação de mestrado é resultado de uma trajetória de vida onde desejo pessoal, profissional e acadêmico estão misturados. Muitas leituras, estudos, observações, experiências vivenciadas, pesquisas bibliográficas e de campo, assim como as disciplinas obrigatórias e eletivas foram extremamente relevantes para o nosso amadurecimento.

É importante mencionar neste momento nossas opções de linguagem. Para tanto, adotamos, para este trabalho, a primeira pessoa do plural, pois entendemos que a pesquisa é uma construção coletiva, baseada não apenas em documentos formais, mas também nas observações, nos diálogos com os sujeitos, nas experiências cotidianas, assim como na rotina diária do trabalho como aprendiz do conhecimento científico.

Compartilhamos da ideia de Paulo Freire quando diz:

> O fato de me perceber no mundo, com o mundo e com os outros me põe numa posição em face do mundo que não é de quem nada tem a ver com ele. Afinal, minha presença no mundo não é a de quem se adapta mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da História. (FREIRE, 1996, p. 54).

Na sequência, apresentamos o caminho pelo qual trilhamos, pois percebemos que o conhecimento está atrelado à trajetória de vida e tampouco as coisas acontecem de uma forma linear. Tudo acontece ao mesmo tempo, ou seja, “a vida não para”.

1.1 Trajetória de vida: como encontrei meu tema ou como ele me encontrou

Ao iniciar a tessitura desta pesquisa acredito ser relevante percorrer sobre os caminhos pelo qual constituímo-nos ao longo desse processo de construção da dissertação. Exclusivamente neste momento, por se tratar da trajetória de vida da pesquisadora, adotaremos a primeira pessoa do singular, trazendo assim, narrativas que consideramos essenciais apresentadas no memorial descritivo que foi um dos

requisitos para o ingresso no Mestrado em Educação. A provocação presente, também é como eu me constituo enquanto sujeito que estuda, pesquisa e “pronuncia ao mundo novos saberes”.

Para chegar até aqui, realizei duas graduações e duas especializações. A primeira graduação foi Ciências Contábeis na qual passei por vários estágios em áreas administrativas, na Prefeitura Municipal de Joinville, no Correio e no Banco HSBC. Meu primeiro trabalho registrado foi em uma empresa do Grupo Döhler, onde iniciei na área contábil e, após um ano e meio, fui para área de compras.

Já no ano seguinte, ao concluir a primeira graduação, iniciei o curso de Licenciatura em Matemática. Ingressei na atividade docente no ano de 2007, como contratada da rede municipal de Joinville, onde lecionei a disciplina de matemática para turmas do Ensino Fundamental.

Em 2008, após ter sido aprovada em um concurso público da Prefeitura Municipal de Joinville para o cargo de professora de matemática para o Ensino Fundamental, fui chamada para assumir a função. No entanto, naquele momento, a única opção era para trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos, na modalidade telessala.

A surpresa foi imensa e confesso que num primeiro momento senti certa insegurança, pois não tinha nenhuma experiência nessa área, assim como em nenhum momento estudei sobre essa temática. Mesmo assim o desafio foi aceito seguido de estudos a respeito da EJA para dar conta de iniciar os trabalhos.

Naquele mesmo ano, a Secretaria Municipal de Educação proporcionou uma formação com uma carga horária de 60 horas para professores da EJA. Neste curso percebi o quanto precisava aprofundar nesta temática, bem como observei a necessidade de conhecer as especificidades dos educandos da EJA.

Ainda neste curso, por meio de conversas com outros professores, tive acesso à informação acerca de uma Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA que o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia estava oferecendo. Mesmo já tendo feito uma especialização em metodologias para o ensino da matemática, desafiei-me a fazer esta especialização, sobretudo neste momento por acreditar na contribuição desta para o meu trabalho.

Durante três anos (2008 a 2010) trabalhei como professora da Educação de Jovens e Adultos na modalidade telessala. Nesse período, esta modalidade atuava

com um sistema de rodízio de professores, ou seja, os professores que atuavam nesta modalidade eram licenciados em uma disciplina específica, assim cada semestre um professor assumia uma determinada turma e lecionava duas disciplinas. Uma das disciplinas era de sua formação e a segunda disciplina era de uma área afim.

Nestes três anos trabalhamos com seis turmas em escolas situadas na área rural do nosso município. No início de 2011 ocorreu uma mudança na metodologia utilizada pela modalidade telessala, o sistema de rodízio foi extinto, o professor assumia uma determinada turma e passava a lecionar todas as disciplinas. Neste momento para que eu pudesse continuar trabalhando com a EJA, houve o desafio de atuar com disciplinas diferentes de minha formação. Foi um grande desafio, mas reconheço o significativo aprendizado.

Já no segundo semestre do mesmo ano, surgiu outra oportunidade, onde assumi a função de coordenadora da EJA em uma escola, na modalidade presencial. Nesta modalidade o formato das aulas é semelhante ao ensino regular, pois as aulas são distribuídas em 40 minutos cada. Os professores são específicos para cada disciplina. A única diferença entre o ensino “regular” para a Educação de Jovens e Adultos, nesta modalidade, é que para cada ano do ensino regular corresponde um semestre para a EJA.

Após esta experiência na coordenação da Educação de Jovens e Adultos em uma escola, fui convidada a trabalhar na Secretaria de Educação para assumir a função de supervisora da EJA na modalidade Telessala. Muitos têm sido os desafios proporcionados por esta nova função, entretanto, há muita aprendizagem nesta etapa, o que tem contribuído de maneira significativa para a construção desta dissertação de mestrado.

E é em função deste compromisso ético e pedagógico com a Educação dos Jovens e Adultos, juntamente com a inserção no programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação, que procurei compreender e me aprofundar nas problemáticas relacionadas à EJA.

1.2 Nossos objetivos: um direcionamento a percorrer

Conforme nossa escolha conceitual compreende-se que a educação não é neutra, ao contrário é política na medida em que forma opiniões, e pode ou não formar consciência, mudar posicionamento, enfim pode ser uma forma de libertação FREIRE (1996). Desse modo, pode-se considerar a Educação de Jovens e Adultos como uma possibilidade na vida de milhões de pessoas que, por diversos motivos, foram excluídos do sistema educacional. Cabendo ao educador, pesquisador em muitas situações desvendar estas artimanhas ideológicas da história. Neste caso, desafiamo-nos neste momento partindo da pesquisa acadêmica, a adentrar nestes "muros" por ora pouco visíveis, a conhecer os mundos e os modos da Educação e da EJA em Joinville, perguntando, sobretudo: Como se deu o processo de implantação das ações do programa de jovens e adultos na rede municipal de Joinville? E de que forma a Educação de Jovens e Adultos vem se consolidando como uma política pública de Estado?

Conforme o Plano Municipal de Educação em vigor (2004/2005), "a Educação de Jovens e Adultos é destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental na idade própria".

Ainda segundo o Plano Municipal, o número de analfabetos é ainda excessivo e está intimamente associado ao insucesso de escolarização para as pessoas com mais de 15 anos de idade. Consta neste documento que havia em torno de 6.680 analfabetos equivalentes a uma taxa de 2% da população. Entretanto ao levantar dados estatísticos, com base no Censo Demográfico 2010, observamos um dado alarmante, ou seja, segundo o IBGE há 9.105 pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever, o que corresponde a 2,3% da população joinvilense.

A partir dos dados levantados surgem inúmeras perguntas: Qual a razão para este crescimento do número de analfabetos? Como explicar esse crescimento quando se tem uma legislação que defende a Educação como direito de todos? Quais as ações desenvolvidas pelo poder público, já que uma das metas do Plano Municipal de Educação é a erradicação do analfabetismo e ainda a elevação do nível de escolaridade da população?

Todas essas questões merecem um profundo e detalhado estudo a fim de compreender a realidade presente por traz de discursos ideológicos quando afirma

que a Educação de Jovens e Adultos está acabando, ou seja, é normal que o número de atendimento venha diminuindo já que hoje é garantido a todas as crianças o direito à educação.

A fim de compreender como a Educação de Jovens e Adultos vem se desenvolvendo na Rede Municipal de Joinville, que é objeto de estudo desta dissertação, faz-se necessário buscar conhecer a história da EJA no município. Tarefa que nos exigiu uma busca por fontes inéditas, uma vez que há poucos registros e pesquisas sobre esta problemática.

Para responder a essas questões, mesmo considerando que estamos apenas iniciando a reflexão, definimos alguns objetivos[1] para que nós mesmos pudéssemos ir alinhavando, passo a passo, o nosso caminhar na pesquisa. Desse modo passamos a investigar como se deu o processo histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, partindo da concepção de que todo sujeito tem direito à Educação. Para tanto, identificamos os indicadores estatísticos, com base no Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, como também dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, comparando os indicadores no cenário da Federação, do Estado de Santa Catarina e Município de Joinville, priorizando dados sobre a (população de 15 anos ou mais)[2]. Em seguida nossa tarefa foi diagnosticar como vem se desenvolvendo a EJA nas escolas da rede municipal de Joinville, partindo dos dados que sintetizam as políticas educacionais.

Todos os objetivos levantados têm como objetivo principal, compreender o processo de implantação das ações do programa de Educação de Jovens e Adultos, partindo da Constituição Federal de 1988, analisando a sua implementação como política pública em escolas da rede municipal de Joinville.

---

[1] Quanto aos objetivos, é importante ressaltar que a banca de qualificação sugeriu limitar esta pesquisa a estes objetivos, considerando-se a inexistência de pesquisa no município sobre a Educação de Jovens e Adultos, assim como de nosso envolvimento, enquanto profissional que trabalha com a implementação dessas políticas no município.

[2] Ao levantar os dados da população de 15 anos ou mais, percebe-se que esses índices contribuirão no entendimento dos processos de exclusão escolar.

1.3 Bases Metodológicas: construindo conhecimentos

Iniciamos a tessitura desta investigação sob inspiração de Paulo Freire, Mestre de nossas ousadias na educação, pois mesmo que nas condições materiais, objetivas o que temos na história presente pareça o fim, sua contribuição filosófica nos desafia a "escová-la a contrapelo" (BENJAMIM, 1986). Neste sentido fomos provocadas a tomarmos posição em relação ao mundo (FREIRE, 1996) então, faz-se necessário dizer que nossa ancoragem se dá na perspectiva de diálogos metodológicos qualitativos e que para Freire:

> Há perguntas a serem feitas insistentemente por nós e que nos fazem ver a impossibilidade de estudar por estudar. De estudar descomprometidamente como se misteriosamente, de repente, nada tivéssemos que ver com o mundo, um lá fora e distante mundo, alheado de nós e nós dele. (FREIRE, 1996, p.77)

Para este movimento de pesquisa foram feitos estudos sobre educação, políticas públicas brasileiras, EJA, educação popular, educação não formal, memória individual e coletiva e sobre as relações constitutivas presentes na formulação da problemática e delineada nos objetivos. Nesse movimento metodológico, quase que um "escavar a história" foram considerados: leis, decretos, regulamentos, normas, pareceres, resoluções, além de utilizar fontes orais, etnográficas e iconográficas.

Destacamos que esta aprendizagem no lidar com diferentes dados e fontes permitiu-nos certo mergulho nas particularidades do "objeto", especialmente na dimensão das condições históricas presentes nestes contextos. Corrobora com esta reflexão Goldenberg (2000) quando ressalta que:

> A pesquisa qualitativa é útil para identificar conceitos e variáveis relevantes de situações. [...] Também é evidente o valor da pesquisa qualitativa para estudar questões difíceis de quantificar, como sentimentos, motivações, crenças e atitudes individuais. (GOLDENBERG, 2000, p. 63).

Para nos auxiliar no entendimento destes procedimentos teóricos e metodológicos nos valemos de Minayo (1997), estudiosa das abordagens qualitativas onde ressalta que as fontes inéditas, assim como as já referenciadas podem ser utilizadas para compreendermos o processo histórico. Segundo esta autora, a construção do diálogo e as formas de interação entre sujeito e temática se constituí à medida que o conhecimento assume outros significados e são

disponibilizados socialmente.

> Esta abordagem "responde a questões muito particulares", preocupando-se, no campo das ciências sociais, com um grau de realidade que não pode ser quantificado, "trabalhando assim com o universo de significados, aspirações, valores, motivos, crenças e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1997, p. 21)

Como destacado acima num primeiro momento, realizamos uma busca nas referências bibliográficas, como também identificamos os principais documentos para a temática. Entre os documentos, estudamos a Constituição Federal de 1988, incluindo a Emenda Constitucional nº. 14/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 9394/96, a Lei Orgânica do Município de Joinville, o Plano Nacional de Educação – PNEd, a Conferência Internacional de Adultos, o Parecer nº.11/2000, elaborado pelo conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury, que trata das Diretrizes Curriculares para EJA , a Resolução nº. 1/2000 do Conselho Nacional de Educacional, que reforça a concepção de EJA como modalidade da educação básica, na qual se encontram 26 metas destinadas especificamente para a EJA. Nesta fase de mapeamentos ou de "escavações documentais[3]", contribuem neste processo as pesquisadoras, Menga Ludke e Marli André (1986) quando afirmam que:

> Embora pouco explorada não só na área da educação como em outras áreas de ação social, a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 38)

Após percorrer o processo histórico da educação de jovens e adultos como direito, organizamos um comparativo dos índices de pessoas alfabetizadas e não alfabetizados, priorizando dados sobre a população de 15 anos ou mais, com um olhar para o Brasil, Estado de Santa Catarina e Município de Joinville, tendo como suporte técnico os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Censos Demográficos – 2000 e 2010) e também o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

Nesta construção, buscamos verificar as modalidades específicas da

---

[3] Para compreendermos com mais rigor este conceito vale uma busca em Michel Foucalt, Arqueologia do Saber. São Paulo: Forense, 2012. Ou ainda Arqueologia. De Pedro Abreu Funari. São Paulo: Brochura, 2003.

Educação de Jovens e Adultos junto a Secretaria Municipal de Educação, como também as diversas instituições atendidas pela Secretaria de Educação nos programas de EJA, possibilitando assim uma análise da implementação das políticas públicas da EJA na rede municipal de Joinville.

Em estudos realizados (em 2011) para esta pesquisa no sítio virtual da CAPES[4], observamos que os trabalhos envolvendo a Educação de Jovens e Adultos vêm aumentando consideravelmente nos últimos anos, entretanto, percebe-se a quase inexistência de pesquisas em políticas públicas da EJA, envolvendo o estado de Santa Catarina e tratando-se do território de Joinville; não há trabalhos acadêmicos em torno deste tema. Fator determinante para a proposta desta pesquisa que a nosso ver será sobremaneira um importante instrumento de compreensão da realidade educacional da EJA para o nosso município e, consequentemente, contribuindo no entendimento das políticas públicas implementadas em nosso estado.

> As pesquisas nos servem de orientação quanto às velhas e novas demandas. O retrato de políticas implementadas, absorvidas e desfeitas ao longo de décadas, consegue aferir aspectos locais, seja nos municípios, seja nos estados, enfocados em suas respectivas consonâncias com o panorama macro da sociedade brasileira, muito embora o conjunto de pesquisas não seja suficiente para dimensionar a situação da EJA em todo o território nacional. Faltam pesquisas de Estados importantes da Federação, como Bahia, Pernambuco, Paraná e Santa Catarina. (SANTOS e VIANA, 2011, p.110)

Destacamos aqui que o cunho qualitativo deste estudo permitiu, em diferentes momentos e realidades complexas, situações muito peculiares às problematizações sugeridas a *priori* na proposta de pesquisa. Um elemento presente neste contexto foi a eleição municipal (2012). Tal conjuntura política exigiu-nos cuidados éticos com relação ao uso das fontes orais. Outra situação objetiva e subjetiva em sua intensidade foi o fato de termos assumido a supervisão da EJA na esfera da Secretaria de Educação do Município, função esta indicada pela gestão municipal nesse período. Neste caso, temos consciência de que “a percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada” (SANTOS, 1997). Assim, nossas leituras, ou a nossa visão das coisas materiais é sempre subjetiva. Nesse momento, nossa tarefa será a de ultrapassar as impressões como aspectos para chegar a outros significados, e o

[4] http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses. Acesso em: Ago. 2011

trabalho da pesquisa segundo Danilo Streck, é de compreender que:

> O segredo da pesquisa talvez esteja em penetrar este simples, movimentar-se dentro dele, entre as suas fissuras e saliências. Este simples e óbvio não nos encontra na escrivaninha, protegidos entre os livros, atrás da tela do computador. O óbvio encontra-se nas ruas, nas salas de aula, nas rodas de conversas, sempre que estejamos dispostos a um tipo de escuta em que deixamos cair nossas defesas e barreiras, quando abandonamos a posição daqueles que já sabem e que imaginam ter que enfiar cada pedaço do mundo e da experiência em determinado lugar ou colocar-lhe uma etiqueta. (STRECK, 2005, p,17)

Vale destacar que se por um lado a escolha desta problemática para uma pesquisa de Mestrado em Educação deve-se a inquietações relacionadas ao processo educacional da EJA como uma modalidade de educação básica, por outro lado estas inquietações advêm de nossa inserção profissional como educadora no ensino público, em especial em escola pública municipal do município de Joinville/SC.

2 EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: ASPECTOS HISTÓRICOS

> O problema grave de nosso tempo, com relação aos direitos do homem, não era mais o de fundamentá-los, e sim o de protegê-los. (Norberto Bobbio)

Esta frase foi proferida pelo autor Norberto Bobbio em um Simpósio Internacional dos Direitos do Homem, promovido em 1967 pelo Intistut Internaticonal de Philosophie em Turim e continua em um dos seus artigos:

> Com efeito, o problema que temos diante de nós não é filosófico, mas jurídico e, num sentido mais amplo, político. Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é sua natureza e seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que apesar dos solenes declarações, eles sejam continuamente violados. (BOBBIO, 1992, p. 25)

Partindo desta citação podemos observar o quanto é necessário garantir e proteger os direitos já conquistados (civis, políticos e sociais), pois muitos dos direitos hoje conquistados resultaram da luta social e política promovida pelos representantes de suas classes.

É importante ressaltar que os Direitos Humanos possuem uma íntima relação com o conceito de cidadania. Assim, para MARSHALL (1967), o cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos (civis, políticos e sociais). No entanto, a expressão direitos humanos é a que mais se tem generalizado para abranger as declarações, tratados, e demais mecanismos de proteção do ser humano contra os abusos do poder do estado. (Galvão, 2011)

O primeiro direito a surgir foi o direito civil no século XVIII e refere-se às garantias, como o direito à vida, à segurança, a um julgamento imparcial, à liberdade (de expressão), à igualdade, à propriedade. Já, os direitos políticos se consolidaram no século XIX e referem-se à participação política, ou seja, os direitos de votar e ser votado, de participar e organizar partidos políticos, entre outros. Na primeira metade do século XX os direitos sociais teriam sido reconhecidos e efetivados e referem-se ao direito ao bem-estar econômico, ao acesso a sistema de saúde e educação.

Para Koerner:

> A sequência não é algo necessário, mas é o resultado de um processo expansivo e cumulativo, em que os partidos políticos e movimentos sociais reivindicaram o acesso a um conjunto de direitos, o qual expandiu as garantias e as oportunidades de participação e serviu de ponto de apoio para a luta por outros e mais amplos direitos (KOERNER, 2011, p.66)

Vale destacar que para Marx os direitos humanos não seriam universais, mas expressão dos interesses de uma classe específica, a classe burguesa. Segundo Galvão (2010, p. 216): “Marx foi um crítico dos direitos humanos, entre outras razões, porque, como um dos mentores do materialismo histórico, não podia admitir a existência de direitos naturais, mas somente de direitos historicamente determinados”.

Partindo das contribuições de Marx, ao considerar os direitos humanos como historicamente determinados, faz-se necessário refletirmos como a educação, mais especificamente as práticas educativas, pode contribuir para que seja de fato uma educação voltada para a emancipação do ser humano e, consequentemente, para a transformação da sociedade.

A Educação de Jovens e Adultos muito mais que um direito do ser humano, muito mais que ensinar a decodificar as palavras através do processo de alfabetização, precisa buscar meios e formas para a construção de um pensamento contra-hegemônico[5].

Para Freire o processo de alfabetização se constitui em um dos meios fundamentais para alcançar a cidadania, pois a leitura e a escrita representam a possibilidade de interpretação e decodificação do mundo.

> Ler um texto é algo mais sério, mais demandante. Ler um texto não é “passear” licenciosamente, pachorrentamente, sobre as palavras. É apreender como se dão as relações entre as palavras na composição do discurso. É tarefa de sujeito crítico, humilde, determinado. Ler, enquanto estudo, é um processo difícil, até penoso, às vezes, mas sempre prazeroso também. Implica que o(a) leitor(a) se adentre na intimidade do texto para apreender sua mais profunda significação (FREIRE, 1996, p.76)

[5] Contra-hegemônico refere-se a um conceito importante adotado tanto por Gramsci com também por Paulo Freire e tem a ver com o desenvolvimento de uma educação, de fato, crítica e transformadora.

2.1 Movimento Histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Tensões e Enfrentamento como um direito intrínseco do ser humano

Ao iniciar a discussão a respeito de política pública da Educação de Jovens e Adultos faz-se necessário percorrer como se dá historicamente o processo da educação como direito, bem como compreender a concepção de Educação de Jovens e Adultos que, ao longo da história, vem passando por inúmeras transformações.

> O direito à educação é um direito humano fundamental, assim expressa a Declaração Universal de 1948 e todos os documentos internacionais que a seguiram, destacando-se a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, de 1989. No plano interno dos Estados nacionais, suas Constituições o reafirmaram como direito de cidadania. (DIAS, 2011, p. 243)

Já com relação à Educação de Jovens e Adultos observa-se que o direito à EJA no Brasil aparece com a Constituição de 1934, que fica instituída nacionalmente a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário para todos. Conforme o Parecer CNE/CEB nº. 11/2000, “a Constituição de 1934, então, põe o ensino primário extensivo aos adultos como componente da educação e como dever do Estado e direito do cidadão”. Entretanto, é na década de 40 que se iniciam várias ações e programas governamentais que objetivavam oferecer o ensino primário de quatro anos para a população mais pobre que não tinha tido acesso a ele em idade apropriada. O Fundo Nacional de Ensino Primário, criado em 1942, destina 25% dos recursos na aplicação da educação de adolescentes e adultos. Assim, como consequência da criação deste Fundo surge a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) em 1947, cujo objetivo é a luta pelo direito da população à escolarização. E, em 1952, nasce a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) que dentre vários objetivos visava contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões educativos, sanitários, assistenciais, cívicos e morais das populações rurais[6].

---

[6] Tamanini, 2008 em estudos sobre Educação do campo ressalta que não só no Brasil, como em muitos outros países este modelo que com nuances diferentes de urbanização provocou o esvaziamento das áreas rurais resultando não só em graves problemas sociais e culturais para o meio rural como também para a cidade. Ao viverem em momento de transição, os trabalhadores acabavam por não usufruir de “novos direitos” nem eram desobrigados de “deveres antigos”. O campo passou a depender cada vez do Estado/governo para poder manter-se produtivo. Todavia os recursos para manter as atividades da agricultura familiar são insuficientes para assegurar a produção e a qualidade de vida da população do campo que vivencia ao longo dos tempos, dolorosas escassez dos mais elementares recursos de subsistência.

Já em 1957 cria-se, através do governo federal, a Mobilização Nacional de Erradicação do Analfabetismo (MNEA), uma ação constituída com o objetivo de reestruturar o sistema de ensino fundamental para crianças, adolescentes, jovens e adultos.

> Não podemos nos esquecer, também, que todas estas atividades vinham sendo incentivadas pela UNESCO (criada em 1945), que viria reforçar, em nível internacional, o reconhecimento do direito de tal escolarização. Portanto, é possível identificar, neste período histórico, a primeira conquista de um espaço mais sistemático da ação do setor público no campo da educação de adultos. Ela era ainda pouco diferenciada do ensino regular, pensada sob a ótica da reposição da escolaridade perdida, com as mesmas características das práticas educativas ofertadas à educação infantil. (HADDAD, 1988, p.41)

Neste momento histórico observamos que não há uma preocupação com o sujeito da EJA, com sua história e suas especificidades, na verdade, o que se busca neste período com a diminuição das taxas de analfabetismo é o aumento do eleitorado e a inserção no mercado de trabalho urbano-industrial. É somente na década de 60, com a significativa contribuição do educador Paulo Freire, através de suas propostas de uma educação libertadora que forme sujeitos conscientes que se reconhece a necessidade de repensar a EJA como um todo. Segundo Haddad (1988, p.42), “reconhecia-se, finalmente, a necessidade de uma reflexão sobre o social na prática educacional; unia-se, portanto, o político ao pedagógico”. Surgem então várias ações e propostas educativas renovadas[7] como por exemplo: o Movimento de Educação de Base — MEB, o Movimento de Cultura Popular — MCP, Centro Popular de Cultura — CPC, entre outros. No entanto, tais ações foram interrompidas com o golpe militar de 1964. Streck (2009) apud Scocuglia (2000, p. 51) conclui que esse período “embora continuassem sob o patrocínio do Estado, sob seu financiamento, esses movimentos transcenderam o controle estatal e imiscuíram-se na sociedade civil, aprofundando suas raízes.” E Streck (2009, p.3) afirma que: “Uma das razões para isso teria sido a visão da educação como integrada à cultura enquanto expressão criativa de homens e mulheres”.

Neste período, o governo militar promove a expansão da cruzada de Ação Cristã (ABC), entidade educacional dirigida por evangélicos. Em 1967, cria o

---

[7] Para uma compreensão mais profunda deste período ver: CULTURA POPULAR, EDUCAÇAO POPULAR - MEMÓRIA DOS ANOS 60, de Osmar Fávero.

MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), através da Lei nº. 5.379/67, que tem como objetivo alfabetizar jovens e adultos, conduzindo a pessoa humana a adquirir técnicas de leituras, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida. O Mobral foi extinto com o fim do período militar. Sartori (2011, p.17) destaca que: "O Mobral deixou marcas profundas e significativas na sociedade, sendo um estigma às pessoas não alfabetizadas".

Quando Sartori (2011) menciona que o Mobral deixou marcas na sociedade, sendo considerado um estigma para muitos adultos que frequentaram, refere ao termo estigma em referência a um atributo depreciativo, pois ainda segundo Sartori (2010)

> Frequentar o MOBRAL tornou-se em determinados locais, sinônimo de ignorância e miserabilidade. Ainda hoje, muitas vezes, ouvimos determinadas piadas e bricadeiras que recomendam a pessoa "voltar ou MOBRAL", dependendo de suas dificuldades de aprendizagem. (SARTORI, 2010, p.79)

Vale ressaltar que neste momento, a educação de adultos como era chamada, "tem um papel relevante como um mecanismo a mais para fortalecer a trama de acordos e a trama de regulagens". (Torres, 2011, p.28) Assim, o MOBRAL torna-se um "mecanismo que reforça a hegemonia política de um partido ou de um regime político" (Idem)

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 5.692/71) foi implantado o ensino supletivo, possibilitando a continuidade dos estudos para todos os alunos, inclusive os egressos do Mobral.

É importante destacar que essa legislação traz a concepção de suplência[8] para a Educação de Jovens e Adultos, sendo que ainda hoje observamos práticas pedagógicas, em especial, nas propostas de trabalho à distância ou semipresencial, oriundas desta legislação (SARTORI, 2011)

Em 1985 ocorreu a implantação da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos, chamada de Fundação Educar. Devido à falta de políticas a Fundação Educar foi extinta em 1990, porém alguns Estados e Municípios assumiram a responsabilidade de oferecer educação para todos os alunos da

[8] Suplência, (substituição compensatória do ensino regular pelo supletivo via cursos e exames com direito à certificação de ensino de 1º grau para maiores de 18 anos e de ensino de 2º grau para maiores de 21 anos). Segundo Parecer nº 699/72 do Conselho Federal de Educação.

educação de jovens e adultos.

> É importante ressaltar que tais políticas se constituíram enquanto políticas de governo, não tendo nenhuma legislação que as tratou como política de Estado, e por isso elas não têm permanecido como direito garantido no país, já que, a cada mudança de governo, foram modificadas as políticas implementadas (SANTOS e VIANA, 2011, p. 94).

A história é fértil em exemplos de ações em que aparecem pessoas imbuídas de ideias e energias e movimentos sociais sendo aplicadas visando a transformação de sistemas sociais opressivos. O movimento operário de um lado e, de outro lado, os movimentos sociais em sua luta pela terra, pela moradia, saúde, creche, enfim pela cidadania, e, também pela democracia - estado de direito, para novas lutas como movimentos pelos desempregados, diretas já, pela educação do campo, educação de jovens e adultos, pela saúde, pelo transporte, das mulheres, da ecologia, são espaços onde a ação coletiva contribuiu sobremaneira nas décadas de 70 e 80 do século XX para o cumprimento da finalidade que os movia e mobilizava.

É na década de 80 que a Constituição dá um passo significativo em relação a uma nova concepção. O reconhecimento da EJA como direito de todos à educação, previsto na Constituição de 1988, assim como a Lei de Diretrizes e Bases nº. 9394/96 em seus artigos 37 e 38 que abordam a EJA como uma modalidade da Educação Básica, são marcos legais importantes para a EJA.

> Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
> I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (BRASIL, 1988)

Pode-se dizer que a LDB 9.394/96 trouxe avanços para a Educação de Jovens e Adultos no que tange à concepção da mesma. Em seu artigo 37 deixa clara a questão da especificidade do sujeito que deve ser levada em consideração nas ações e programas ofertados.

> Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
> 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunato, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.
> 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

> 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com educação profissional, na forma do regulamento. (Nova Redação – Lei 11.471/2008)
> Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.
> 1º Os exames a que se referem este artigo realizar-se-ão:
> I – no nível de conclusão do ensino no fundamental, para maiores de quinze anos;
> II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.
> 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (BRASIL, 1996)

Entretanto, torna-se fundamental mencionar que a educação como direito aparece bem antes com a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 que, em seu artigo 26, estabelece o direito de todos à educação.

> 1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
> 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948)

Observa-se que a Declaração Universal de Direitos Humanos surge em um período posterior à segunda Guerra Mundial com intuito de construir uma cultura de paz, onde os indivíduos possam através da educação desenvolver-se, a fim de promover o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais.

A partir da década de 90 do século XX, surgem mudanças substanciais nas relações do enfrentamento social. As ações do grande coletivo de pessoas, movimento dos aposentados, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e ainda Movimento Viva Rio, são exemplos de movimentos baseados mais na solidariedade humana e pouco alicerçados em projetos político-partidários, como nos anos 80. O “novo” dos Movimentos sociais nos anos 90 Gohn (1997) redefiniu o eixo em duas direções. Primeiro foco, deslocando o eixo das reivindicações populares por infraestrutura e para reivindicações relativas à sobrevivência física dos indivíduos para garantir o alimento com as campanhas da Ação pela Cidadania, pela Fome e a Miséria e pela Vida ou no caso de terra para produzi-lo, caso dos Sem - Terra. O segundo foco localiza-se no plano moral, que ganhou lugar central na ausência de ética na política e a gestão da “coisa pública”. Fortalecer-se nos anos

90 as organizações não governamentais e as políticas de parcerias implementadas pelo poder público (GOHN, 1999).

No entanto, é nesse período que fica caracterizada a desresponsabilização do Estado no que se refere às políticas sociais. O avanço do neoliberalismo e da globalização transfere a responsabilidade dos serviços públicos estatais para a sociedade civil, fazendo com que a EJA não se efetive como está na lei, ou seja, sendo oferecida por meio de programas e em muitas situações coordenadas por ONGs (SANTOS e VIANA, 2011).

Um dos fatores para essa desresponsabilização do Estado é dado pelo caráter político e econômico do sistema capitalista e diante da precarização de políticas públicas o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF), não incluiu a EJA como parte do seu financiamento, assim como também não incluiu as matrículas da educação infantil e do ensino médio para efeitos de redistribuição de recursos.

> A educação de jovens e adultos ocupou um lugar marginal na reforma da educação brasileira empreendida na segunda metade da década de noventa, pois os condicionamentos do ajuste econômico levaram o governo a adotar uma estratégia de focalização de recursos em favor da educação fundamental de crianças e adolescentes. Não se pode atribuir a isso a falta de um marco jurídico adequado, pois as leis e normas vigentes – Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei do Plano Nacional de Educação, Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos – asseguram o direito público subjetivo à Educação, independentemente de idade, e concedem a necessária flexibilização para organizar o ensino de acordo com as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. O problema não está nas leis, mas na política educacional (DI PIERRO, 2005, p. 24)

O FUNDEF foi instituído pela Emenda Constitucional nº. 14, de setembro de 1996 e regulamentado pela Lei nº. 9424, de 24 de dezembro do mesmo ano.

A criação deste Fundo foi uma medida adotada pelo Estado Brasileiro como forma de ampliar os recursos à educação e suprir estados e municípios com dificuldades orçamentárias (SARTORI, 2011).

Em substituição ao FUNDEF, fica instituído em 19 de dezembro de 2006 pela Emenda Constitucional nº 53, o FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação que tem como objetivo financiar todas as etapas da educação básica e reserva recursos para os programas direcionados a jovens e adultos.

O FUNDEB foi implantado de forma gradual, iniciando em janeiro de 2007 e concluído em 2009.

Abaixo apresentamos a tabela 01 que aborda a questão referente à distribuição dos recursos, levando em consideração fatores de ponderação que variam de acordo com os seguintes desdobramentos da Educação Básica.

Tabela 01 – Distribuição dos recursos - FUNDEB

Nível de ensino	**2007 (Resolução nº. 01, de 15/02/2007)**	**2008 (Portaria n 41, de 27/12/2007)**	**2009 (Portaria n 932, de 30/07/2008)**
Creche	0,80	-	-
Creche em tempo integral	-	1,10	1,10
Creche em tempo parcial	-	0,80	0,80
Pré-escola	0,90	-	-
Pré-escola em tempo integral	-	1,15	1,15
Pré-escola em tempo parcial	-	0,90	1,00
Séries iniciais do ensino fundamental urbano	1,00	1,00	1,00
Séries iniciais do ensino fundamental rural	1,05	1,05	1,05
Séries finais do ensino fundamental urbano	1,10	1,10	1,10
Séries finais do ensino fundamental rural	1,15	1,15	1,15
Ensino fundamental em tempo integral	1,25	1,25	1,25
Ensino médio urbano	1,20	1,20	1,20

Ensino médio rural	1,25	1,25	1,25
Ensino médio em tempo integral	1,30	1,30	1,30
Ensino médio integrado à educação profissional	1,30	1,30	1,30
Educação especial	1,20	1,20	1,20
Educação indígena e quilombola	1,20	1,20	1,20
Educação de jovens e adultos com avaliação no processo	0,70	0,70	0,80
Educação de jovens e adultos integrada à educação profissional de nível médio, com avaliação no processo	0,70	0,70	1,0
Creche conveniada em tempo integral	-	0,95	0,95
Creche conveniada em tempo parcial	-	0,80	0,80
Pré-escola conveniada em tempo integral	-	1,15	1,20
Pré-escola conveniada em tempo parcial	-	0,90	1,00

Fonte: FNDE (BRASIL, 2009 b) apud Sartori, 2011

Ao analisar a tabela acima, percebemos que a Educação de Jovens e Adultos possui um dos mais baixos valores para ponderação. Segundo Sartori (2011, p. 107) “Embora aumentando 0,10 em relação à proposição inicial, ainda assim a EJA se mantém, junto com a creche, com o fator mais baixo dos 23 níveis de ensino apresentados no quadro”. Ainda segundo o autor (Idem, p. 106): “Percebe-se que temos ainda um caminho a trilhar na luta pela isonomia da EJA frente às demais

modalidade e etapas de ensino".

Outro dado importante para análise refere-se ao valor anual estimado por aluno. A tabela 02 apresenta um comparativo do primeiro ano do FUNDEB com o ano de 2012.

Tabela 02 - Comparação FUNDEB 2007 E 2012 em Santa Catarina (em reais)

Valor anual estimado por aluno (em reais)	EJA com avaliação no processo	EJA integrada à educação profissional de nível médio	Total da receita estimada do Fundo
2007	973,54	973,54	1.523.963.924,19
2012	2.087,84	3.131,75	3.706.721.000,00

Fonte: FNDE (BRASIL)

Percebe-se um aumento significativo em relação ao primeiro ano. No entanto, Sartori destaca que:

> A partir dos dados do Censo Escolar, utilizando-se esses fatores de ponderação que é realizado o cálculo de qual o valor, em cada modalidade e nível de ensino, que será repassado à rede municipal, estadual ou federal receberá por aluno. Importante destacar que o valor que chega à rede é do "bolo" como um todo. Destacamos ainda que o modo como as "fatias" são distribuídas depende das correlações de força e poder dentro das Secretarias e dos Conselhos, que devem, além de estarem constituídos, serem atuantes no sentido de acompanhar a distribuição e a aplicação destes recursos. (SARTORI, 2011, p.110)

É importante ressaltar que nas primeiras décadas do século XX o atendimento educacional era restrito, ou seja, apenas uma pequena parcela da população tinha acesso, no entanto, no decorrer do século, o Brasil aumentou consideravelmente seu atendimento, representando assim um significativo avanço no campo educacional (SAVIANI, 2006).

Ainda segundo o autor:

> em razão do imenso déficit histórico que se veio acumulando, mesmo em termos quantitativos as deficiências ainda são enormes, o que pode ser evidenciado ao se observar que em 1890, quando tinha início, para nós, o "longo século XX", a taxa de analfabetismo estava em torno de 85% em relação a população total. [...] Passados cem anos, constata-se uma redução relativa, já que aquela taxa caiu para cerca de 30 (oficialmente se registram 21,6% em relação à população de idade igual ou superior a 7 anos, o que projeta uma taxa de 33,68% para a população total, tomando-se os dados do Censo de 1991). No entanto, se considerarmos a população total (146.825.475, conforme o mesmo Censo de 1991), veremos que

> 33,68% correspondem a 49.458.776. Portanto, o número absoluto de analfabetos quadruplicou. [grifos nossos] (SAVIANI, 2006, p.51)

Com base nos dados levantados pelo autor, pode-se perceber o quanto é significativa a luta por um sistema educacional universalizado objetivando a erradicação do analfabetismo, no entanto, ressaltamos a necessidade de oferecer a todos um sistema educacional público e com qualidade.

É importante mencionar que não basta oferecer aos jovens e adultos excluídos do processo educacional a garantia da vaga, é necessário ir além, ou seja, oferecer a ele uma educação efetivamente de qualidade. Segundo Tamanini (2009, p.9); “a qualidade da educação pode significar o acesso aos bens culturais, universais, eruditos e científicos produzidos e sistematizados pela humanidade, bem como o respeito às diferenças, sejam elas de ordem ambiental, étnica, cultural ou histórica”.

Nossa reflexão tem como cenário a Constituição Federal de 1988, no entanto, destaca-se em âmbito internacional, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien – Tailândia, 1990 como uma referência no qual o Brasil é signatário. Em seu artigo 1º aborda que:

> 1 - Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo. (CONFERÊNCIA DE JOMTIEN, 1990)

Após dez anos da Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtein, a UNESCO promoveu uma avaliação dos progressos alcançados, culminando no Fórum Mundial de Dakar em 2000, onde sem mudar o conceito fundamental de todos os indivíduos à educação, as metas acordadas em Jomtien sofreram algumas mudanças.

Assim, tanto a Conferência Mundial sobre Educação para Todos como o Fórum Mundial de Dakar representam marcos importantes na luta pela universalização da educação básica, compreendida como elemento central na

conquista da cidadania.

Ao fazer esta retrospectiva histórica da Educação de Jovens e Adultos pode-se perceber que houve avanços nas políticas educacionais, sendo que mudanças significativas vêm ocorrendo, nesta primeira década do século XXI. Temas como Educação e Direitos Humanos estão cada vez mais presentes, e ações como a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI são exemplos reais destes avanços. Outra Secretaria que merece ser destacada e a SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, pois é através dela que jovens e adultos tem a possibilidade de acessar na rede federal de ensino programa como o PROEJA[9].

Além dos já mencionados há outros programas desenvolvidos que também merecem atenção, como o PROJOVEM que tem como objetivo oportunizar aos jovens de 18 a 29 anos qualificação profissional e escolarização, mas respeitando as características específicas dos sujeitos.

2.2 As Conferências Internacionais – As CONFITEAS

Em âmbito internacional destacam-se as Conferências Internacionais de Educação de Adultos (CONFITEAS), organizada pela UNESCO. Ao todo foram realizadas seis Conferências Internacionais sendo que a VI foi realizada em 2009, em Belém do Pará, no Brasil.

A I Conferência Internacional de Educação de Adultos ocorrida em 1949 em Elsinore, na Dinamarca, num contexto de pós-guerra, teve como objetivo principal a busca pela paz.

A II CONFITEA foi realizada em Montreal, Canadá em 1960. Segundo MARTINS (2009, p.35), que traz em sua dissertação de mestrado um estudo aprofundado das CONFITEAS, destaca que esta representa avanços significativos para as concepções de educação de adultos. Entre esses avanços menciona que o

[9] PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, instituído Decreto nº. 5.840/2006.

governo tem que criar condições financeiras e administrativas – as mais favoráveis à ação de Educação de Adultos. Ainda, relata que os objetivos e as funções da Educação de Adultos foram estudados num contexto global, apresentando-se pela primeira vez os fundamentos da educação permanente.

Dentro da perspectiva da educação permanente, a III CONFITEA ocorreu em Tóquio, Japão, em 1972 e ainda segundo MARTINS (2009, p.56), o tema principal dessa Conferência foi a "Educação de Adultos como elemento essencial da educação permanente e do reforço da democracia". Ainda segundo o autor (idem, p.57), o objetivo principal foi a elaboração de políticas concretas de Educação de Adultos para serem incorporadas aos planos nacionais de desenvolvimento da educação de países-membros.

Já a IV CONFITEA aconteceu em 1985 em Paris, na França, Segundo Paiva, (2005, p.88), essa Conferência traz marcas diferenciadas das anteriores.

> Nesta Conferência as ideias até então definidas para a Educação de Adultos, como integrantes de um sistema de educação permanentes estão marcadas pelas necessidades não apenas de vínculos entre educação e o desenvolvimento econômico, assim como todas as demais áreas, como também pela ideia, que toma força nesta década, de andragogia, uma ciência equivalente à pedagogia, só que aqui proposta para sujeitos adultos, com suas especificidades e requerimentos relativos ao mundo adulto, a que a andragogia deveria responder com conhecimento adequado sobre as formas de ensinar e educar adultos. (PAIVA, 2005, p.88)

A V CONFITEA foi realizada em Hamburgo, Alemanha em 1997 e traz como tema principal, *a aprendizagem de adultos, uma chave para o século XXI*. Paiva (2005, p.123) ressalta o protagonismo dado à sociedade civil, representada por organizações não governamentais que juntamente com os delegados governamentais, definiram seus principais documentos.

A Conferência de Hamburgo chamou a atenção para a educação de adultos e educação não formal como elementos indispensáveis para a educação ao longo da vida. Os dois documentos básicos adotados pelos delegados ao final da conferência enfatizaram a educação de adultos e a educação ao longo da vida como ferramentas fundamentais para responder aos desafios globais do século 21 em relação aos seguintes temas: democracia, paz e direitos humanos, respeito pela diversidade, resolução de conflitos, sustentabilidade econômica e ecológica e desenvolvimento da força de trabalho. (UNESCO).

A última Conferência realizada até o momento atual aconteceu em Belém do Pará, Brasil, entre os dias 1º a 4 de dezembro de 2009.

Segundo a UNESCO, os objetivos da VI CONFITEA, foram:

- Impulsionar o reconhecimento da educação e aprendizagem de adultos como elemento importante e fator que contribui com a aprendizagem ao longo da vida, da qual a alfabetização constitui alicerce;
- Enfatizar o papel crucial da educação e aprendizagem de adultos para a realização das atuais agendas internacionais de desenvolvimento e de educação: Educação para Todos (EPT), Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), Década das Nações Unidas para a Alfabetização (UNLD), a Iniciativa de Alfabetização para o Empoderamento (LIFE), e Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS); e
- Renovar o compromisso e o *momentum* político e desenvolver os instrumentos para sua implementação visando passar da retórica à ação.

A Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA VI foi encerrada com um apelo aos governos para levarem adiante, com senso de urgência e em ritmo acelerado, a agenda de educação e aprendizagem de adultos, e redobrarem os esforços para cumprir as metas de alfabetização determinadas em Dacar, em 2000. Essas medidas foram estabelecidas no Marco de Ação de Belém[10] adotado após extensivas negociações durante a CONFINTEA VI.

2.3 Análise dos Indicadores Oficiais

Ao levantar os indicadores oficiais temos como objetivo compreender como vem se desenvolvendo a situação da Educação, em especial a Educação de Jovens e Adultos. No entanto, pretendemos através desta análise, ampliar a discussão em torno da temática em questão para além dos índices apresentados nos gráficos.

[10] O Marco de Ação de Belém enfatiza que a educação e a aprendizagem de adultos desempenham um papel crítico para o enfrentamento dos desafios culturais, políticos e sociais do mundo contemporâneo e sublinha a necessidade de se colocar a educação de adultos em um contexto mais amplo do desenvolvimento sustentável. Ele reconhece também que políticas efetivas de governança, financiamento, participação, inclusão, equidade e qualidade são condições necessárias para que jovens e adultos estejam aptos a exercer os seus direitos à educação. (UNESCO)

Num primeiro momento analisamos a situação do analfabetismo e do analfabetismo funcional no Brasil, para tanto, é necessário definir que o conceito de alfabetização utilizado pelo IBGE compreende que são consideradas analfabetas as pessoas que não conseguem ler e escrever um bilhete simples. Já com relação ao analfabetismo funcional, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada – IPEA,

> passou a ser definido operacionalmente pela quantidade de anos de estudos. No entanto, dada a diversidade de contextos socioeconômicos e culturais existentes no mundo, não se tem um padrão de referência único. Por exemplo, países latino-americano, entre os quais o Brasil, têm adotado como parâmetro definidor do analfabetismo funcional o nível de escolaridade inferior a 4 anos de estudos. No entanto, países ricos em geral adotam patamares mais elevados, em torno de 8 anos. (IPEA, 2010, p.4).

2.3.1 Contextos da Educação de Jovens e Adultos por Região

> A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LDB, n. 9394/96, Art. 2)

Hoje, faz-se necessário conceber a educação de jovens e adultos a partir de uma nova concepção, ou seja, reconhecer cada jovem e cada adulto como sujeitos de direitos e, consequentemente, pressionar o Estado para que assuma seu dever de garantir esse direito.

Desta forma, entendemos como relevante analisar os indicadores oficiais a fim de possibilitar um diagnóstico da situação da educação de jovens e adultos no Brasil.

Ao levantar os indicadores estatísticos das diferentes regiões, e conforme o Mapa do Analfabetismo (2004, p.7) pode-se constatar que: “regiões com menor desenvolvimento econômico e de economia pouco diversificada são os que apresentam os piores indicadores”.

Para que seja possível refletir sobre a situação da EJA no Brasil, segue Tabela 03 que destaca os índices percentuais de analfabetismo de 2004 a 2009, referente à população de 15 anos ou mais.

Tabela 03 - Taxa de analfabetismo por categorias selecionadas – população de 15 anos ou mais 2004-2009 (em %).

Categorias	*2004*	*2005*	*2006*	*2007*	*2008*	*2009*
Brasil	**11,45**	**11,13**	**10,47**	**10,09**	**9,96**	**9,70**
Norte	12,71	11,55	11,30	10,84	10,73	10,57
Nordeste	22,43	21,89	20,73	19,93	19,41	18,69
Sudeste	6,62	6,58	6,01	5,78	5,81	5,68
Sul	6,29	5,93	5,70	5,47	5,45	5,46
Centro-oeste	9,18	8,90	8,25	8,05	8,18	7,99
Localização						
Urbano metropolitano	5,17	5,01	4,41	4,42	4,35	4,37
Urbano não metropolitano	10,81	10,48	9,93	9,48	9,36	9,10
Rural	25,88	25,10	24,27	23,42	23,51	22,75
Sexo						
Masculino	11,67	11,38	10,75	10,34	10,16	9,83
Feminino	11,25	10,91	10,22	9,86	9,78	9,59
Raça ou cor						
Branca	7,23	7,05	6,55	6,16	6,24	5,94
Negra	16,27	15,51	14,66	14,20	13,63	13,42
Faixa etária						
15 a 24 anos	3,18	2,88	2,44	2,22	2,16	1,93
25 a 29 anos	5,89	5,78	4,80	4,44	4,18	3,63
30 a 39 anos	8,01	7,80	7,27	6,66	6,64	6,42
40 anos ou mais	19,70	19,11	18,04	17,34	16,86	16,53

Fonte: PNAD/IBGE
Elaboração: Disoc/Ipea

Com relação à tabela 03 podemos observar a diferença de percentuais entre diversas categorias. No que se refere à localização, entre urbano e rural, há uma das maiores diferenças percentuais chegando a 18,38% em 2009. Já com relação à diferença existente entre - raça ou cor - encontramos uma diferença de 7,48%.

O gráfico 01, traz um comparativo da taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais nas grandes regiões, entre os anos de 2004 e 2009.

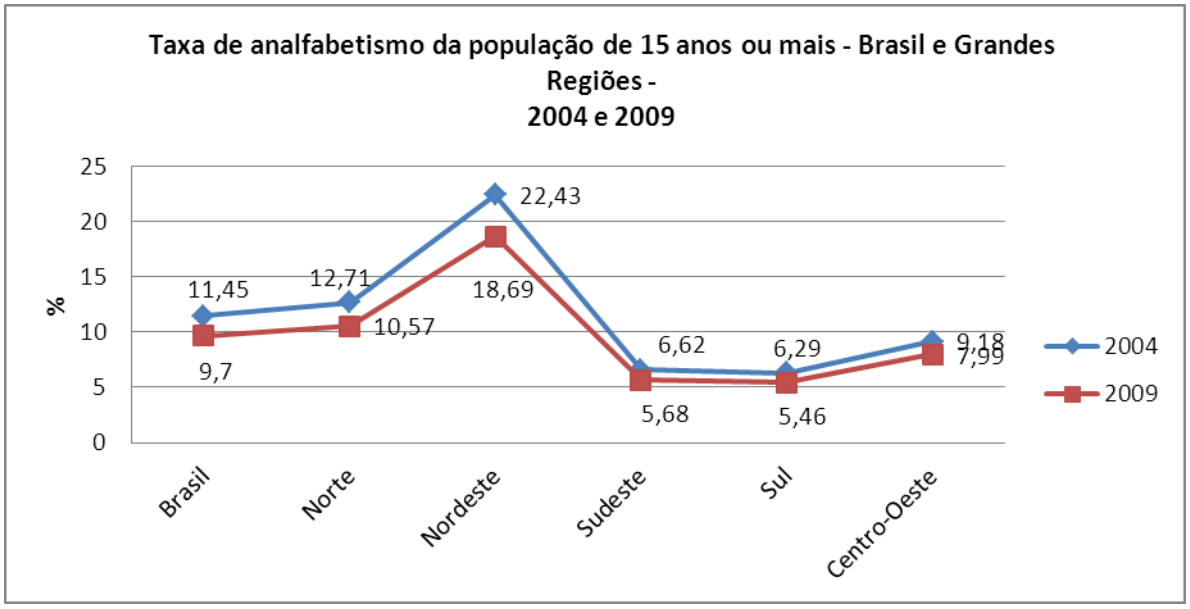

Gráfico 01 – Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais
Fonte: IPEA

Com base nos dados levantados, observamos que os percentuais vêm reduzindo ano a ano. Entretanto, destaca-se no âmbito regional, o Nordeste com o maior número de analfabetos, ou seja, 18,69%. O Instituto de Pesquisa Aplicada – IPEA (2010) "destaca a permanência de disparidade elevada nos índices de analfabetismo nas áreas rurais, em relação a todas as demais categorias".

Ao analisar os indicadores estatísticos, também observamos uma grande disparidade entre as regiões brasileiras e, segundo Relatório do IPEA (2010, p.4) "Pode-se atribuir tais desempenhos às seguintes causas: fluxos migratórios, envelhecimento da população e é claro o nível de acesso aos cursos de alfabetização e educação de jovens e adultos".

O documento elaborado pelo IPEA ressalta que embora haja grandes disparidades, progressos têm sido alcançados. É importante destacar que em 2004, oito estados nordestinos registravam taxas superiores a 20% e, após cinco anos, caiu para três estados.

Ainda o referido documento levanta duas situações de estados brasileiros que registraram aumento do número absoluto de analfabetos. E para surpresa, isso ocorreu nos estados de Mato Grosso e de Santa Catarina.

Com relação ao estado de Mato Grosso o documento aborda uma breve análise desta situação.

> O contingente de analfabetos e a taxa de analfabetismo podem ser afetados pela variável demográfica, especialmente pela migração. Talvez seja o caso, por exemplo, do que ocorreu em Mato Grosso, cujo crescimento da população de 15 anos ou mais atingiu 15,6% no período sob análise, índice acima da média brasileira, que foi de 9,8%. Paralelamente, o estado teve aumento do número de analfabetos e também ligeira elevação da taxa de analfabetismo. Nesse caso específico, uma das possíveis explicações seria a migração de trabalhadores agrícolas não alfabetizados, tendo em vista que Mato Grosso integra a fronteira agrícola brasileira. (IPEA, 2010, p.6)

Já com relação ao estado de Santa Catarina o referido documento do IPEA não levanta nenhuma hipótese para a ocorrência deste aumento do número absoluto de analfabetos. Entretanto, no item 2.3.2 desta pesquisa destacaremos algumas questões que consideramos relevantes.

2.3.2 Um Lugar para ser Olhado: A Educação de Jovens e Adultos em Santa Catarina

Santa Catarina é uma das 27 unidades federativas do Brasil, sendo localizada na região Sul do país. As dimensões territoriais abrangem uma área de 95.703.487 km^2 e possui 293 municípios.

Com base nos Comunicados do IPEA nº. 70, que se refere a: Evolução do analfabetismo e do analfabetismo funcional no Brasil – Período 2004-2009, Santa Catarina foi um dos estados cujas taxa referente ao analfabetismo sofreram pequena elevação. Segundo o mesmo documento (2010, p. 6), “o contingente de analfabetos e a taxa de analfabetismo podem ser afetados pela variável demográfica, especialmente pela migração”.

Conforme o Censo Demográfico 2010 há no estado de Santa Catarina 202.422 pessoas de 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever, o que corresponde a 4,1% da população catarinense.

Abaixo apresentamos o gráfico 02 que se refere à faixa etária da população analfabeta no estado.

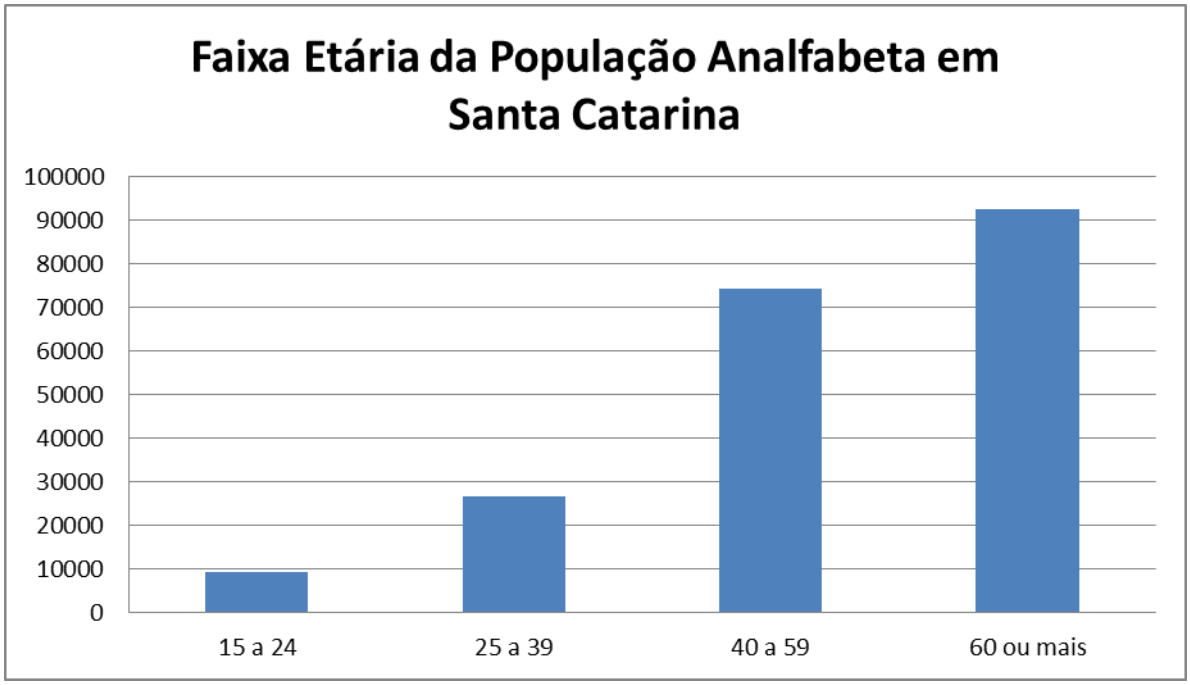

Gráfico 02 – Faixa etária da população analfabeta em Santa Catarina
Fonte: IBGE – Censo 2010

Analisando o gráfico 02 podemos perceber que a taxa de analfabetismo é maior nas pessoas com 60 anos ou mais. Entretanto, podemos observar que o analfabetismo atinge todas as faixas etárias da população de Santa Catarina.

Ainda com relação ao gráfico 02, ao considerarmos a faixa etária que vai dos 15 anos a 24 anos, podemos dizer que, mesmo sendo esta uma parcela da população nascida pós Constituição Federal de 1988 que amplia o direito a Educação para oito anos, esse direito não está sendo garantido.

É importante levantar que segundo o Censo Demográfico de 2010, o estado de Santa Catarina possui uma população de 6.248.436 indivíduos e segundo o Censo Demográfico de 2000 havia em Santa Catarina 5.356.360 indivíduos, ou seja, em dez anos houve um aumento de 16,65% da população. Analisando o aumento da Região Sul, verifica-se que no ano 2000 a população total do estado é de 25.107.616 e que no Censo 2010 a população passou para 27.386.891, o que corresponde a um índice de 9,08%. Assim, concluímos que o estado de Santa Catarina teve um crescimento acima na média.

Outro dado que merece ser analisado são os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) onde podemos observar que há em nosso estado (em 2010) 50.992 matrículas na Educação de Jovens e

Adultos do Ensino Fundamental, o que corresponde 0,82% da população catarinense.

Observamos ainda que das 50.992 matrículas, 50.084 são matrículas situadas em dependências administrativas urbanas, ou seja, 98,2% da população.

Tabela 04 - Matrículas na Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental

Unidade de Federação	Matrículas na Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental									
	Localização / Dependência Administrativa									
	Total					Urbana				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Santa Catarina	50992	61	23505	22446	4980	50084	61	23213	21830	4980

Fonte: INEP (2010)

Com base na tabela 04, construímos o gráfico 03 que destaca o número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos no estado de Santa Catarina. E através dele podemos constatar o baixo número de alunos matriculados na EJA situados em área rural. Kremmer (2007), em sua dissertação de mestrado, levanta uma importante questão ao discutir o processo de nucleação escolar no município de Bom Retiro – Serra Catarinense.

O fechamento de escolas isoladas ou mesmo o deslocamento da atividade educacional pode sim ter contribuído para a pequena elevação do analfabetismo, conforme mencionou o Comunicado do IPEA nº. 70.

> Ainda que fosse apenas a estratégia de reformar a estrutura, permanecendo os mesmos fundamentos ideológicos, com a Nucleação, o já deficitário “ensino rural” estaria agravado, nesse caso pelo deslocamento do aluno de sua comunidade, afastando-o concreta e simbolicamente de sua realidade, deslocando-o do seu mundo e, sem que ele próprio perceba, condicionando-o a assumir como seu um outro conjunto de valores, crenças, hábitos e modos de produção da sobrevivência. (KREMER, 2007, p. 55)

Conforme a citação acima, percebemos o quanto as questões da Educação no Campo são fundamentais para analisarmos os índices de analfabetismos em nosso país. E nesse caso, em nosso estado.

Abaixo, apresentamos o gráfico 03 que faz um comparativo entre as matrículas da Educação de Jovens e Adultos, situadas nas áreas (rurais e urbanas) em nosso estado de Santa Catarina.

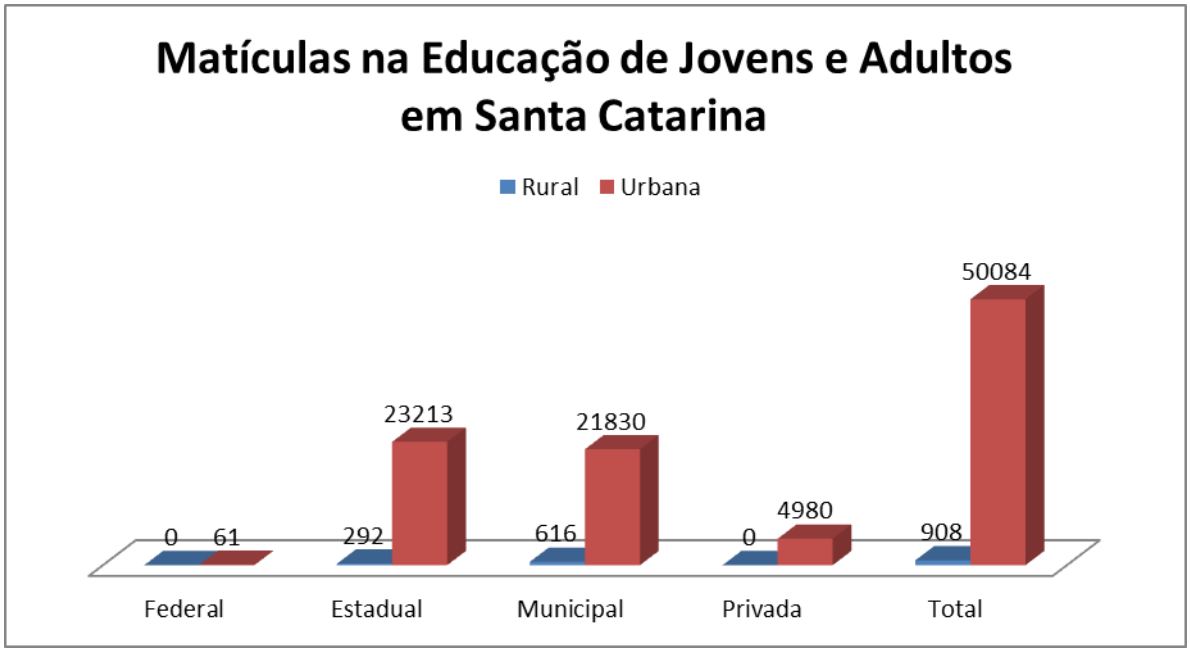

Gráfico 03 – Matrículas na Educação de Jovens e Adultos em Santa Catarina
Fonte: INEP

Ao observamos este gráfico, percebemos uma grande diferença entre o número de matrículas situadas nas áreas rurais e urbanas. É importante ressaltar que os dados referentes ao analfabetismo no Brasil variam de acordo com as diferenças dos grupos étnicos, etários, gêneros, bem como grupos com renda mais baixa ou mais alta, situados em área rural ou urbana, entre outros.

Diante disto, Di Pierro, destaca que:

> [...] o analfabetismo absoluto atingia [2000], em todo o país cerca de 16 milhões de pessoas com 15 anos ou mais (13,6% desse grupo etário). Na Região Nordeste este índice subia para 26,2%. Já na Região Sul, caía para 7,7%. Considerando apenas a população que vive nas zonas rurais do país, 29,8% dos jovens e adultos eram analfabetos absolutos, enquanto nas zonas urbanas esse índice era de 10,2%. A zona rural nordestina registrava o maior índice de analfabetismo absoluto do Brasil 42,6% (DI PIERRO, 2003, p. 49)

Com relação à citação anterior temos a clareza que os índices e os valores absolutos mudaram ao longo dos anos. Mas também entendemos que é preciso um olhar atento para a questão da Educação de Jovens e Adultos das áreas rurais. Nesse sentido a reflexão elaborada por Miguel Arroyo é de extremo significado.

> A política priorizada nos últimos anos, a nucleação de escolas e o translado, deslocamento da infância, adolescente e juventude de seu contexto social e cultural são uma expressão da estreiteza a que são reduzidas as políticas públicas quando inspiradas nas demandas da “modernização” da agricultura

> e na expansão do agronegócio (ARROYO, 2004, p. 95)

Temática esta que carece de pesquisa e reflexão na Educação, especialmente quando refletimos sobre o modelo de desenvolvimento econômico do país ao longo dos mais de quinhentos anos de história. Kremmer (2007), em sua pesquisa de mestrado em educação, intitulada “Debulhando a Pinha: Educação, Desenraizamento e o Processo Educacional dos Sujeitos do Campo no Município de Bom Retiro/SC”, traz reflexões significativas acerca do papel da escola e da Educação pública nos territórios rurais. Salienta a autora que:

> Talvez pudéssemos dizer, paradoxalmente, que o campo brasileiro esteja cada vez mais povoado, invadido pela solidão das plantações de soja, dos reflorestamentos de pinus, das hidrelétricas e, quem sabe, a partir de agora, também pelo promissor negócio da cana-de-açúcar. Nesse cenário da monocultura que pressupõe o uso de modernas tecnologias e diminui consideravelmente a necessidade de trabalho humano. (KREMER 2007, p. 139)

Do ponto de vista histórico, o modo de produção capitalista, pela sua própria origem urbana, promoveu – e se esforça em manter – um corte profundo entre o urbano e o rural. “Se o primeiro foi eleito para sediar a fábrica, a modernidade e o desenvolvimento, o segundo ficaria então subordinado a esse sistema” (VEIGA, 2003). Considerando também que a agricultura familiar tem sido constantemente afetada, nas últimas décadas, “por uma conjuntura política-econômica-social que prioriza as leis dos mercados internacionais e elege como prioridade o lucro e não as pessoas” (CHOMSKY, 2004). Compreendemos a complexidade desta problemática e, conforme afirmamos acima, ratificamos a urgência de se estudar estas questões. Todavia, deixamos registrada a nossa preocupação sem, contudo, adentrar neste contexto, em virtude dos objetivos orientadores de nossa pesquisa.

3 UM LUGAR PARA SER ESTUDADO: A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE MUNICIPAL DE JOINVLLE

Para discutir as questões pertinentes à Educação de Jovens e Adultos no município de Joinville, faz-se necessário caracterizar como o município se constituiu ao longo dos anos.

Hoje, segundo Censo 2010, Joinville tem 515.288 habitantes, sendo que destes, 96,6% situam-se em áreas urbanas. No entanto, ao buscar conhecer um pouco da história desta cidade, percebemos que a cidade cresceu desordenadamente. A industrialização, que teve início após a 2.ª Guerra Mundial, trouxe profundas mudanças ocasionando, desta forma, um grande fluxo migratório de milhares de famílias principalmente do interior de Santa Catarina e do Paraná.

> Joinville tornou-se uma espécie de "terra da promissão" quando à população, relativamente estável, juntaram-se em pouco espaço de tempo milhares de pessoas de diversas origens, profissões e classes sociais. Convém lembrar que essas pessoas trouxeram, além das suas dificuldades e esperanças, a cultura dos seus locais de origem, implantando novos ingredientes ao cotidiano da cidade. Criaram uma nova história, desenraizada e que precisa ser pensada para que a história contada pelas elites econômicas, que enaltece os imigrantes, não exclua e desqualifique aquele que ajudou a construir uma das maiores cidades do Estado de Santa Catarina. (COSTA; GABARDO; FREITAS, 2005, p. 120)

Com o crescimento da industrialização houve então a necessidade de mão de obra qualificada. Assim a educação precisava adequar-se às exigências da indústria. Neste contexto a Secretaria Municipal de Educação de Joinville, como atualmente é nomeada, teve um papel primordial no atendimento de crianças e adolescentes.

Na década de 80, embora havendo a preocupação no atendimento de crianças e adolescentes, o número de escolas não era suficiente para atender a demanda. Conforme Costa; Gabardo; Freitas, (2005, p, 129), "nessa época havia 4.535 crianças fora da escola".

Ao retomar a temática da Educação de Jovens e Adultos deve-se deixar claro que segundo Sartori (2011, p. 66) "a EJA é entendida como uma dívida social, um direito negado em determinado momento histórico a jovens e adultos, e os poderes públicos são chamados a buscar formas de recompor esse direito através da legislação", assim, a Secretaria Municipal de Educação de Joinville sempre esteve submetida às normas constitucionais vigentes, bem como, às políticas educacionais

do estado de Santa Catarina.

Segundo o Censo Demográfico 2010 há em nosso município atualmente cerca de 9.105 pessoas maiores de 15 anos que não sabem ler e escrever, correspondendo a um percentual de 2,3%.

O gráfico 04 apresenta a faixa etária da população analfabeta do município de Joinville.

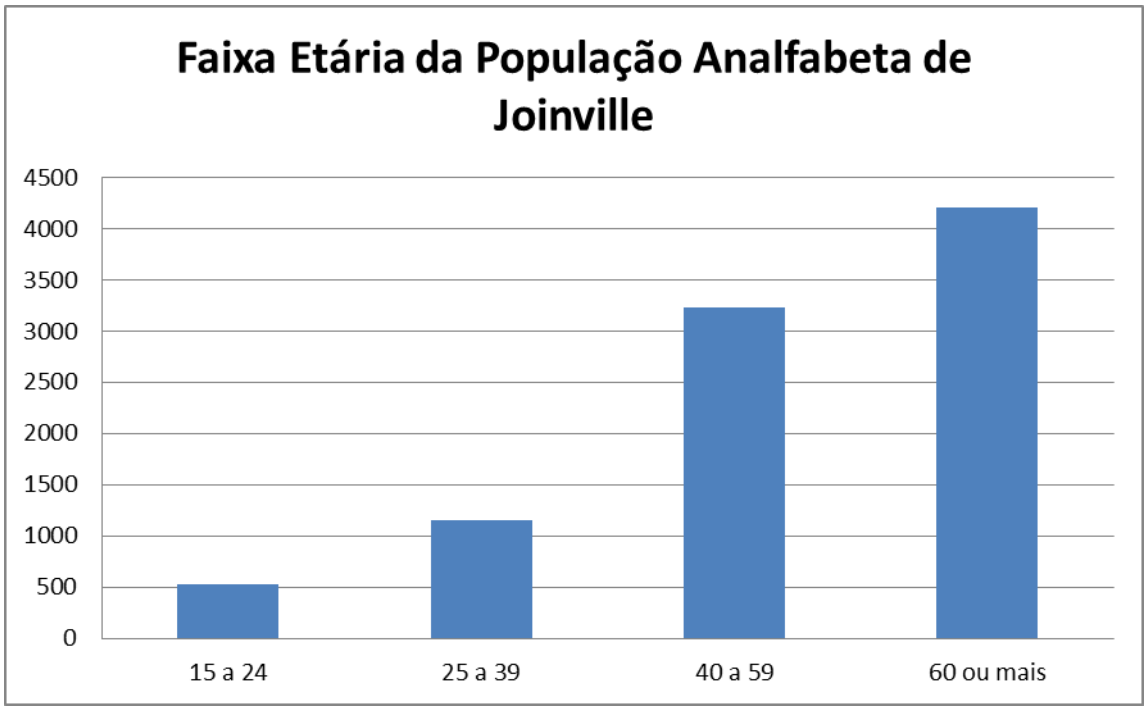

Gráfico 04 – Faixa etária da população analfabeta de Joinville
Fonte: IBGE (Censo 2010)

É importante destacar que este gráfico representa somente a população analfabeta de Joinville, não sendo considerada a população Joinvilense alfabetizada que por diversos fatores não concluiram o Ensino Fundamental.

> O analfabetismo atinge praticamente todas as faixas etárias, obviamente com intensidades diferentes [...]. São populações com perfis e expectativas diferentes e, por isso mesmo, o analfabetismo deve ser combatido com diferentes estratégias.(INEP, p.10)

O Censo Demográfico 2010 apresenta o número de “pessoas de 25 anos ou mais de idade, residentes em domicílios particulares, sem instrução e fundamental incompleto, pessoas responsáveis”, totalizando assim 49.455 pessoas. Já com relação às “pessoas de 25 anos ou mais de idade, residentes em domicílios

particulares, sem instrução e fundamental incompleto, cônjuge ou companheiro (a)", há cerca de 35.332 pessoas. Ao somar estes valores absolutos de pessoas responsáveis e cônjuge ou companheiro (a) temos: 84.787 pessoas sem instrução e ensino fundamental incompleto. Se considerarmos que neste valor está incluso o número de analfabetos, podemos ressaltar que há em nosso município cerca de 75.682 pessoas que não concluíram o ensino fundamental.

Vale ressaltar que neste indicador o IBGE destaca somente as pessoas de 25 anos ou mais, não sendo considerados os jovens entre 15 a 24 anos que, com certeza, aumentaria ainda mais os valores e os indicadores do nosso município.

A partir deste valor podemos chegar ao percentual de pessoas que não concluíram o ensino fundamental, ou seja, 14,7% da população joinvilense. Diante deste percentual entendemos o quanto se faz necessário o reconhecimento da Educação de Jovens e Adultos, bem como a implementação de políticas públicas específicas para a EJA.

3.1 "Quem Tem Dúvida do IDH?": Sobre a EJA em Joinville

Conhecer a história da Educação de Jovens e Adultos no município de Joinville requer muitas idas e vindas, não há muitos registros e, como já dito nas narrativas desta dissertação, foi necessário um exercício de escavação das fontes e dados. Como diz Walter Benjamim (1986), lidar com pesquisa e tomar posição em relação a seu significado exige-nos um trabalho de escovar a História a contrapelo.

Com esta perspectiva, fomos aos poucos tecendo os fios, dialogando com as dicotomias e contradições desta problemática e assim elaborando um novo olhar sobre esta temática, mas reconhecendo que estamos aprendendo e o que compartilhamos é apenas uma posição conceitual e histórica à luz de um tempo e de um lugar.

Segundo o Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD[11], o município de Joinville encontra-se em 13ª lugar na Classificação do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) do Brasil.

[11] Sítio Virtual - PNUD http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx. Acesso em: dez. 2012.

O sítio acima citado estabelece, ainda, um conceito para o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

> O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento. (in: http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx)

A tabela 05 traz os índices do IDHM dos 13 primeiros colocados e está baseada no Censo Demográfico de 2000.

Tabela 05 - Índices do IDHM dos 13 primeiros colocados com base no Censo Demográfico de 2000.

Município	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM Renda 1991	IDHM Renda 2000	IDHM Longevidade 1991	IDHM Longevidade 2000	IDHM Educação 1991	IDHM Educação 2000
São Caetano do Sul (SP)	0,842	0,919	0,832	0,896	0,782	0,886	0,913	0,975
Águas de São Pedro (SP)	0,848	0,908	0,834	0,918	0,811	0,874	0,898	0,933
Niterói (RJ)	0,817	0,886	0,827	0,891	0,717	0,808	0,908	0,96
Florianópolis (SC)	0,824	0,875	0,803	0,867	0,771	0,797	0,898	0,96
Santos (SP)	0,838	0,871	0,825	0,873	0,775	0,788	0,913	0,952
Bento Gonçalves (RS)	0,799	0,87	0,749	0,799	0,787	0,873	0,86	0,938
Bal. Camboriú (SC)	0,797	0,867	0,782	0,859	0,751	0,803	0,857	0,94
Joaçaba (SC)	0,816	0,866	0,752	0,793	0,814	0,856	0,881	0,949
Porto Alegre (RS)	0,824	0,865	0,818	0,869	0,748	0,775	0,907	0,951

Fernando de Noronha (Dist.Est.) (PE)	0,759	0,862	0,676	0,829	0,761	0,835	0,84	0,923
Carlos Barbosa (RS)	0,768	0,858	0,721	0,791	0,743	0,841	0,839	0,942
Caxias do Sul (RS)	0,793	0,857	0,764	0,807	0,756	0,818	0,858	0,945
Joinville (SC)	0,779	0,857	0,729	0,776	0,761	0,859	0,846	0,936

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2003 (Censo 2000)

Analisando a tabela 05 podemos perceber que o IDHM do município de Joinville passou de 0,779 em 1991, para 0,857 em 2000, sendo então considerado como um dos municípios em desenvolvimento humano muito alto. Podemos observar ainda que o IDHM Educação também obteve um aumento considerável em relação aos períodos destacados na tabela.

Partindo destes dados analisamos alguns documentos relevantes para a compreensão de algumas questões levantadas nesta pesquisa. Um dos documentos que vem auxiliando na construção desta pesquisa são os relatórios anuais da Secretaria Municipal de Educação.

Dessa forma, iniciamos este levantamento partindo desse documento de 1988, pois conforme já mencionado delimitamos o tema da pesquisa a partir deste momento.

Segundo o Relatório Anual de 1988 a Divisão Fundação Educar (Ex-Mobral) como era chamada, era responsável pela Educação de Jovens e Adultos que, por qualquer razão não tiveram condições de completar ou iniciar escolaridade em idade própria. Ainda neste ano, foi firmado entre a Prefeitura Municipal de Joinville e a Fundação Educar, o Projeto Educação Básica 2º Etapa, a fim de atender 120 alunos durante 12 meses, totalizando assim 720 horas.

O documento menciona que apesar da aprovação desse Projeto, o Convênio não havia sido assinado, no entanto, devido à grande expectativa dos alunos, as aulas iniciaram em 03 de novembro 1988. O Relatório ainda destaca que: “mesmo sabendo que o pagamento sofreria um grande atraso, os professores e supervisores, concordaram em iniciar as aulas, em função da clientela”.

Com relação a essa questão, Sartori (2001) destaca que:

> O desafio para a valorização do magistério e a efetivação das políticas públicas requer o constante acompanhamento e mobilização social, pois as concepções e interesses envolvidos são os mais variados possíveis. (SARTORI, 2011, p. 116)

Outro documento levantado é o Relatório Trimestral (Janeiro a Março) de 1989 o qual aborda que o objetivo da Educação de Jovens e Adultos visa oportunizar à clientela menos favorecida condições de uma Alfabetização e também a continuidade de seus estudos de 5ª a 8ª série do 1º Grau.

Aponta que para o desenvolvimento dos Projetos contavam com nove professores, dois supervisores e também com o apoio da Direção da Escola Básica Germano Timm, do Pastor da Igreja Quadrangular da localidade de Espinheiros, do Pastor da Igreja Evangélica Luterana da localidade Profipo e da Diretoria da Cia. Wetzel S.A, sendo que, nesse momento, havia 234 alunos sendo atendidos pelos projetos.

Outro fator que merece ser destacado são os pontos positivos e negativos abordados nesse Relatório.

Os pontos positivos são:

- A procura constante de pessoas para o curso.
- A assiduidade de alguns alunos apesar das dificuldades que enfrentam.
- O interesse por parte da indústria e entidades dando oportunidade ao seu pessoal para continuar os estudos.
- Os pontos negativos são:
- A evasão de alunos em função da rotatividade de professores.
- A desmotivação dos professores e supervisores, devido ao baixo salário e também ao atraso do mesmo.
- O atraso de material didático
- A falta de professores para atender as quatro classes que ainda não entraram em funcionamento.

Analisando as questões abordadas nos relatórios, podemos perceber alguns indícios da concepção para o direcionamento da Educação de Jovens e Adultos naquele momento.

Primeiro refere-se à concepção de ensino compensatório quando menciona que o objetivo da Educação de Jovens e Adultos visa oportunizar à clientela menos

favorecida condições de uma Alfabetização e também a continuidade de seus estudos de 5ª a 8ª série do 1º Grau.

> Rompermos com a visão de educação compensatória e supletiva, do aluno e da aluna da EJA como clientela, são alguns dos passos que devemos dar para construir em nosso espaço local uma educação de jovens e adultos que atenda as suas especificidades e necessidades, propiciando a sua escolarização e subsequente certificação, mas também buscando gerar condições para a concepção de aprendizagem ao longo da vida, que se apresenta hoje como um dos grandes desafios. (SARTORI, 2011, p. 119)

Compartilhando das ideias de Anderson Sartori entendemos o quanto se faz necessário ainda hoje, adotarmos uma nova postura em relação à Educação de Jovens e Adultos. O que significa minimizar o acesso e a qualificação da Educação de Jovens e Adultos? Há conquistas materializadas em uma legislação que define a EJA como uma modalidade dentro da Educação Básica, de forma que a coloca em igualdade com as demais modalidades. Outra questão observada é ausência de um compromisso com a política pública de educação, haja vista que as responsabilidades foram delegadas a entidades e empresas para que o trabalho acontecesse.

Os Relatórios anuais de 1995, 1996 e 1997, no que se refere à Educação de Jovens e Adultos, destacam apenas os números de matrículas na EJA. Assim, consta que em 1995 havia 2.345 matrículas no 1º semestre e 2.740 no 2º semestre no ensino supletivo, como até então era chamado. Já o Relatório anual de 1996 apresenta uma tabela detalhando o número de escolas, o número de alunos matriculados no ensino supletivo de 1ª a 4ª série e o número de aluno matriculados no ensino supletivo de 5ª a 8ª série, conforme demonstrado na tabela 06.

Tabela 06 - Relação referente ao número de escolas, número de alunos (1ª a 4ª série) e número de alunos (5ª a 8ª série)

	Nº. de Escolas	Nº. de Alunos (1ª a 4ª série)	Nº. de Alunos (5ª a 8ª série)	Total Geral
Escolas Municipais	14	580	1775	2.355
Empresas	05	360	445	805
Total	19	940	2.220	3.160

Fonte: Relatório Anual 1996 – Secretaria Municipal de Educação

O relatório anual de 1997 também apresenta uma tabela que traz apenas alguns números relacionados à Educação de Jovens e Adultos, conforme tabela 07.

Tabela 07 - Comparativo de matrículas e turmas -1996/1997/1998

	Dezembro 1996		Março 1997		Previsão para 1998	
	Matrícula	Turmas	Matrícula	Turmas	Matrícula	Turmas
Ensino Supletivo	2.731	97	5.940	172	7.249	195

Fonte: Relatório Anual 1997 – Secretaria Municipal de Educação

Os relatórios referentes aos anos de 1995, 1996 e 1997 apresentaram apenas dados quantitativos em relação à Educação de Jovens e Adultos. Já o relatório de 1998 traz um pequeno texto detalhando algumas questões importantes.

Uma das informações refere-se ao aumento significativo do número de alunos que passou para 7.780 alunos matriculados, destacando que esse aumento "demonstra a vontade da população em procurar uma formação para garantir-se no concorrido mercado de trabalho". (Relatório Anual 1998).

Ainda o referido relatório destaca que "este significativo crescimento deveu-se às parcerias realizadas com a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC, e Empresas como a Multibrás, Metalúrgica Wetzel, Wetzel Ferro, Laboratório Catarinense e Metalúrgica Duque".

Outra questão relevante refere-se ao Programa chamado "Mutirão da Alfabetização", que segundo o Relatório Anual, (1998) tinha como objetivo "permitir o resgate da cidadania às pessoas que sequer tinham condições de realizar as ações mais prementes do dia-a-dia, através da leitura, escrita e de efetuar as operações básicas da matemática".

Este programa contava com 252 voluntários, tendo como parceiros a 5ª Coordenadoria Regional de Educação e o ALFALIT (Alfabetização Através da Literatura), além do patrocínio da Indústria de Fundição Tupy, que ficou responsável em fornecer todo o material pedagógico utilizado em aula, além de manter duas profissionais dedicadas à operacionalização do projeto, contribuindo assim, com a formação de alfabetizadores que atuam voluntariamente em diferentes bairros da cidade de Joinville.

A metodologia utilizada nesse Programa é a Alfabetização Através da

Literatura (ALFALIT), ou seja, o método se baseia em letras, sílabas, palavras e frases associadas com desenhos. Também há quadros e tabelas com frases.

Segundo uma reportagem divulgada em um Jornal da cidade, o Secretário, em exercício no ano de 2001, faz a seguinte observação com relação ao Programa Mutirão da Alfabetização:

> Apesar de igrejas, associações, empresas e a própria Secretaria da Educação atuar em conjunto no Mutirão da Alfabetização, Sylvio Sniecikovski, afirma que deseja maior neutralidade e um único resultado: erradicar o analfabetismo em Joinville.
> Sniecikovski diz que o programa de alfabetização é simples, objetivo e tem a participação de leigos e educadores. Segundo ele, **a falta de investimentos na educação é uma realidade, e umas das soluções para a área são iniciativas como esta**. Por isso, destaca: "É imprescindível que todos desejem alfabetizar. Sei que cada um tem um objetivo, mas devemos nos concentrar na educação. É difícil, mas não impossível". [grifos nossos] (SNIECIKOVSKI, 2001)

Observamos, conforme citação em destaque, que na EJA ainda se perpetua ações focais e em caráter de parcerias, de modo que os programas e projetos sejam tratados de forma secundarizada, impossibilitando a universalização da educação básica no Brasil. Como já mencionado, há uma desresponsabilização do Estado no trato com a educação pública. Ademais as ações desencadeadas pela Secretaria de Educação refletem a pressão política e econômica exercida pelos setores industriais. Neste momento, as empresas necessitavam justificar a sua qualificação também por meio da capacidade intelectual do trabalhador (haja vista os indicadores IDH e outros). Para obter certificações nacionais e internacionais de qualidade e competitividade no mercado global era exigido que no mínimo os trabalhadores soubessem ler e escrever para poder realizar operações básicas na empresa, por exemplo, qual botão da máquina deveria ser acionado.

Segundo o Relatório Anual de 1999, a Educação de Jovens e Adultos realizou atendimento a 7.635 alunos matriculados, dentro dos seguintes programas:

- Educação de Jovens e Adultos nas Empresas (Duque, Tupy, Wetzel Centro, Wetzel Ferro, Multibrás e Laboratório Catarinense)
- Modularizado da PMJ: 2311 alunos atendidos
- Modularizado FECE: 1543 alunos atendidos
- Programa Mutirão da Alfabetização: 800 alunos e 150 voluntários.

Esse mesmo relatório ainda apresenta um gráfico, onde faz um comparativo do número de matrículas entre os anos de 1996 a 2000, sendo que o número

referente ao ano 2000 é somente uma previsão. Segue abaixo gráfico 05 apresentando este comparativo.

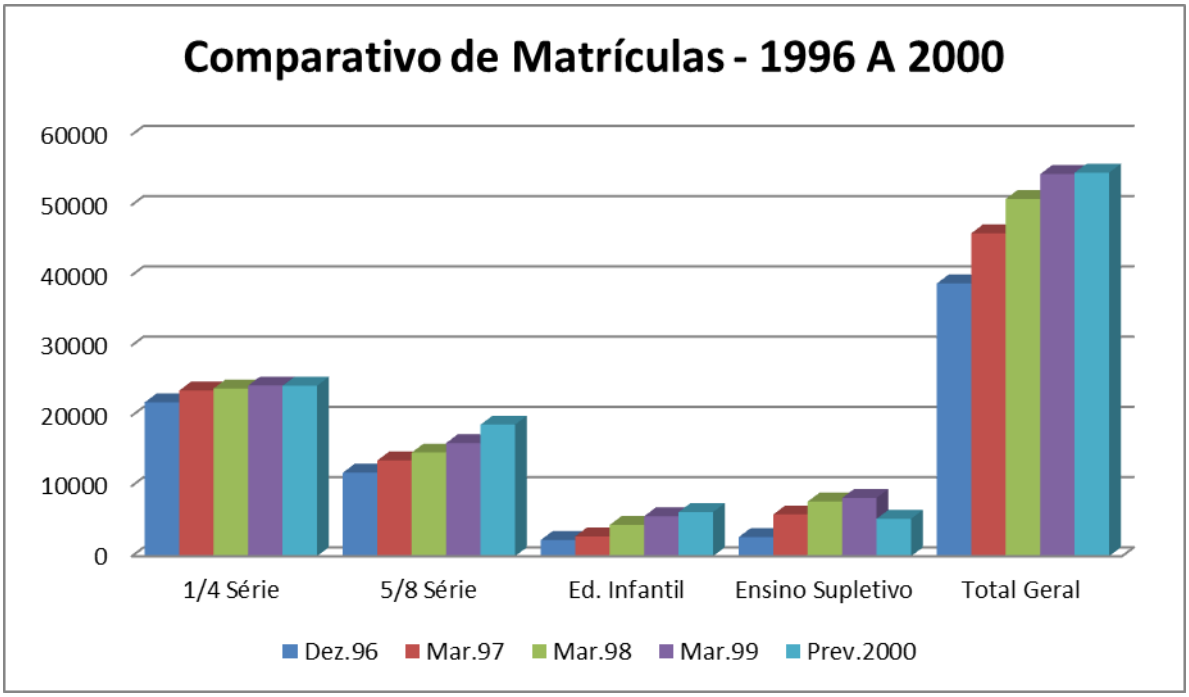

Gráfico 05 – Comparativo de matrículas – 1996 a 2000
Fonte: Serviço de Estatística e Planejamento da Secretaria de Educação

É relevante mencionar que no desenvolvimento do texto, no que se refere à EJA no relatório, utiliza-se o termo Educação de Jovens e Adultos, no entanto ao alisarmos o gráfico 05, percebemos a utilização do termo Ensino Supletivo, o que nos revela que diante da mudança adotada pela LDB (9394/96), ao substituir Ensino Supletivo por Educação de Jovens e Adultos, ainda se faz presente a concepção de suplência, correção de fluxo escolar e, sobretudo de compensação. Segundo Soares:

> A mudança de ensino supletivo para educação de jovens e adultos não é uma mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo “ensino” se restringe à mera instrução, o termo “educação” é muito mais amplo, compreendendo os diversos processos de formação (SOARES, 2002, p.12).

O Relatório Anual de 2000 apresenta somente dados do Mutirão da Alfabetização e em nenhum momento cita outros Programas de EJA. Assim, consta nesse relatório que: “Os professores são voluntários, capacitados para a missão através de metodologia simples, cuja vertente maior, além da técnica, é a vontade e

o amor ao próximo”.

Observamos que uma das dificuldades da Educação de Jovens e Adultos é a falta de recursos, pois segundo Sartori (2011, p. 97) “Uma das grandes dificuldades ainda enfrentada pela gestão pública para a efetivação de algumas propostas para a EJA esbarra na questão do financiamento”. De forma que podemos verificar uma super valorização no trabalho voluntário como uma necessidade para o enfrentamento dos índices do analfabetismo em todo o território nacional. Fica evidenciada, sobremaneira, a desvalorização da profissão docente e, do mesmo modo, as questões sociais de exclusão geradas ao longo da história como o não acesso à educação vista como algo que deva ser resolvido pelas ações de filantropia e caridade. Aqui se destaca a forte interferência do modelo hegemônico neoliberal. Outrossim, novamente o Estado “lava as mãos” e não assume a contradição gerada pelo processo de acumulação capitalista.

O Relatório Anual de 2001 já, de início, apresenta uma tabela destacando o nível de ensino e área de abrangência, conforme tabela 08.

Tabela 08 - Nível de ensino e área de abrangência

Nível de Ensino	Matrícula Final	Profissionais da Educação
Educação Infantil	6.633	194
Ensino Fundamental	42.758	2.769
Educação de Jovens e Adultos	7.211	176
Total	56.602	3.179

Fonte: Relatório Anual 2001 – Secretaria Municipal de Educação

Ainda relata que são 40 escolas que oferecem, no período noturno, a Educação de Jovens e Adultos, na forma de ensino supletivo, presencial e modularizado. Novamente percebemos a mistura do termo entre ensino supletivo e educação de jovens e adultos.

Quanto às questões da Educação de Jovens e Adultos nesse relatório, foram destacados os seguintes itens: Ações Pedagógicas, Ações Administrativas, Mutirão da Alfabetização, Ações Continuadas, e alguns quadros com dados quantitativos em relação ao Mutirão da Alfabetização, como também a evolução de turmas entre 1996 a 2001 com uma previsão referente ao ano de 2002.

Com relação às ações pedagógicas destacamos:

- Implantação de dois Pólos de Telessalas;

- Implantação do Curso Modularizado (em mais três Unidades Executoras, perfazendo um total de 36 escolas e empresas de 5ª a 8ª série, atendendo 4.668 alunos).
- Implantação do Projeto de Alfabetização BB Educar em parceria com a Fundação Banco do Brasil, visando atender 540 alunos, em 27 Unidades Executoras.

Já com relação a ações administrativas citamos:

- Informatização de documentos de EJA na Secretaria de Educação e nas Unidades Executoras.
- Aquisição de equipamento e fitas de vídeo para telessala.
- Impressão de livros Viver e Aprender para os alunos das fases[12].
- Aquisição de equipamentos e mobiliários para o Ensino do Modularizado.
- Aquisição de material didático.

Em relação às ações continuadas apresentamos os seguintes itens:

- Apresentação e divulgação do Mutirão em diversos locais da comunidade;
- Divulgação do Mutirão (entrevistas e depoimentos) nos meios de comunicação;
- Busca de colaboradores conforme necessidades (oftalmologistas, óticas, supermercados, panificadoras, etc.)
- Treinamento mensal de voluntários;
- Abertura de Unidades nas Escolas Municipais – Área Rural e outros locais;
- Premiação trimestral dos voluntários que mais alfabetizaram.

Estes são alguns itens descritos no relatório anual de 2001, e a partir deles verificamos, mais uma vez, a valorização da Secretaria com relação ao voluntariado do Mutirão da Alfabetização, o que vem corroborar as reflexões anteriores e para tanto Santos e Viana ressaltam:

> Sob, o olhar dos direitos que são configurados no exercício da democracia, está o da educação, o qual nem sempre é garantido, gerando muitas tensões entre os movimentos sociais e o Estado. É o caso da EJA, que, mesmo estando como direito conquistado na lei, tem sido negligenciado em alguns períodos da nossa história, e mesmo agora observamos vários desafios que precisam ser superados para que essa modalidade de ensino se constitua como um direito efetivado. (SANTOS e VIANA, 2011, p. 92)

[12] Entende-se por fases, o Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

Outra questão relevante neste relatório refere-se à implantação do Projeto BB Educar em parceria com a Fundação Banco do Brasil. E importante destacar que nesse Projeto o professor alfabetizador é contratado pela rede municipal, mas, todo o material utilizado, bem como a metodologia das aulas são orientados pela Fundação Banco do Brasil.

Com relação aos anos de 2002, 2003 e 2004 encontramos em um relatório um histórico da Educação de Jovens e Adultos no município de Joinville entre os anos de 1997 a 2004.

Este relatório apresenta o objetivo geral do programa da EJA, os objetivos de cada modalidade dentro da EJA, bem como o número de matriculados e o número de aprovados de cada modalidade.

Constatamos que nos anos de 2005 e 2006 foi apresentado um único relatório referente aos anos acima citados. No que se trata da Educação de Jovens e Adultos ficou estabelecido que destina-se a jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental na idade própria, oferecendo-lhes a continuidade no processo de formação e condição de empregabilidade.

Já no relatório referente aos anos de 2007 e 2008 o objetivo era de:

> Promover ações para erradicar o analfabetismo, motivar empresas públicas e privadas a oferecer cursos de alfabetização e de educação de jovens e adultos, para seus empregados e dar continuidade e ampliar a oferta da EJA, em várias modalidades de ensino supletivo, para favorecer a conclusão do ensino fundamental. (Prefeitura Municipal de Joinville – Secretaria de Educação: Relatório 2007 – 2008, p. 8)

E, para finalizar o Relatório Anual de 2009 destaca dados de todos os Programas oferecidos pela Secretaria de Educação para os alunos da Educação de Jovens e Adultos.

O primeiro ponto abordado refere-se ao Ensino Profissionalizante, onde destaca a parceria com diversas instituições. Entre elas citamos: FUNDAMAS – Fundação Municipal Albano Scmidt, Casa Brasil, CENAIC – Centro Nacional Integrado de Cursos, Instituto Amar, TIGRE, ASSESSORITEC e LUPA Assessoria. Cada uma dos parceiros oferece cursos de iniciação profissional para alunos da rede municipal maiores de 14 anos.

Este relatório menciona a assinatura do Convênio entre SENAI e Prefeitura Municipal de Joinville, no sentido de viabilizar a adesão dos alunos da EJA e séries

finais do Ensino Fundamental aos cursos de Qualificação e Aprendizagem Industrial, assim como do convênio entre o Instituto Federal de Santa Catarina - IFCS, para adesão ao PROEJA-FIC.

Outra questão que merece ser destacada é a assinatura do termo de adesão ao Projovem Urbano, com previsão de início para 2010.

Destarte observamos o quanto o estado se ausenta deste processo, ou seja, ao motivar empresas privadas a oferecer cursos de alfabetização para seus empregados, delega a essas empresas a responsabilidade que é sua. Sampaio e Almeida (2009, p. 58) afirmam que: “inserir a EJA efetivamente no conjunto das políticas públicas de direito é ainda um desafio para os diferentes governos e para a sociedade como um todo”. Assim, Beisiegel (1997, p.31) corrobora quando diz que: “durante muito tempo ainda, as miseráveis condições de vida de amplos setores da população e as condições de funcionamento do próprio sistema no país continuarão a produzir elevados contingentes de jovens analfabetos”.

3.2 A Educação de Jovens e Adultos: Dilemas e Desafios

A Educação de Jovens e Adultos dentro da Secretaria Municipal de Educação de Joinville é orientada pelas proposições da LDB nº. 9394/96 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, do Conselho Nacional de Educação.

No Brasil, depois de estabelecidas as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96 - LDB), muita discussão em torno do sentido da EJA se configurou, na qual se destaca o Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB nº. 11/2000), elaborado pelo conselheiro Carlos Roberto Jamil Cury, que se ocupa das diretrizes da EJA. O referido Parecer destaca o direito público subjetivo, estabelece as funções reparadoras, equalizadora e qualificadora para a EJA, além de apontar a necessidade de contextualização do currículo e das metodologias.

Para que possamos analisar os programas desenvolvidos atualmente pela Secretaria Municipal de Educação é preciso ter claro as três funções para a

Educação de Jovens e Adultos: reparadoras, equalizadora e qualificadora, destacadas no Parecer acima citado.

A função reparadora conforme o nome sugere, tem como objetivo reparar o direito negado a esses jovens e adultos, reconhecendo assim a perda do direito a um bem real, social e simbolicamente pertinente. Sartori (2011)

Assim, conforme o Parecer nº. 11/2000:

> O acesso ao conhecimento sempre teve um papel significativo na estratificação social, ainda mais hoje quando novas exigências intelectuais, básicas e aplicadas, vão se tornando exigências até mesmo para a vida cotidiana.
> Mas a função reparadora deve ser vista, ao mesmo tempo, como uma oportunidade concreta de presença de jovens e adultos na escola e uma alternativa sócio-cultural destes segmentos para os quais se espera uma efetiva atuação das políticas sócias. (BRASIL, 2000, p.08)

Entretanto, somente reparar o acesso dos jovens e adultos ao oportunizar a entrada em um espaço democrático dentro do ambiente escolar não irá satisfazer totalmente as necessidades destes sujeitos, assim é necessário também equalizar o princípio educativo, ou seja, oportunizar aos sujeitos a permanência e o sucesso escolar, através de um modelo pedagógico próprio para a EJA. Dentro desta função o Parecer nº. 11/2000 destaca:

> A função equalizadora da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão , seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação. Para tanto são necessárias mais vagas para estes ‘novos’ alunos e ‘novas’ alunas demandantes de uma nova oportunidade de equalização. (BRASIL, 2000, p. 09)

E a última função da EJA estabelecida no Parecer nº. 11/2000 refere-se à função qualificadora, que segundo Sartori (2011, p. 75) seja, “talvez a mais difícil de ser efetivada, devido ao seu caráter permanente de aprendizagem, que os sistemas de ensino não propiciam ao centrar suas práticas na certificação escolar.”

Segundo o Parecer nº. 11/2000:

> Essa tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida é a função permanente da EJA, que pode se chamar de qualificadora. Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de

> adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares. (BRASIL, 2000, p. 10)

A partir destas funções estabelecidas para a EJA, percebemos o quanto é necessário a participação da sociedade civil na luta pela efetivação de uma política pública para a EJA.

Observamos por nossa prática e pelo estudo desenvolvido que a Secretaria Municipal de Educação dispõe de 28 Escolas Municipais que atendem turmas de EJA e 13 extensões em localidades onde há procura para a EJA.

Como ressaltado em nossos objetivos a pesquisa ora narrada tem como desejo compartilhar as informações, mas, sobretudo, constituir fontes públicas para que a problemática da EJA produza reflexões no campo do conhecimento científico e também possa instrumentalizar debates sobre políticas públicas com a sociedade. Diante deste contexto, decidimos socializar as ações e programas estejam eles em desenvolvimento, ou não. Para esta elaboração fomos tateando os documentos e dando certo lugar para as informações e os dados.

3.3 Os Programas Oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação

Desde a Constituição Federal de 1988 no que se refere à Educação de Jovens e Adultos percebemos diversas modificações nos programas e ações desenvolvidas pela EJA. No entanto, entendemos também que há caminhos como também descaminhos ao longo dos anos. A primeira modalidade destacada abaixo refere-se à modalidade presencial 1º segmento, na qual podemos perceber modificações principalmente com relação a sua nomenclatura.

Na figura 01 sintetizamos um esquema a fim de compreendermos esse processo destacado.

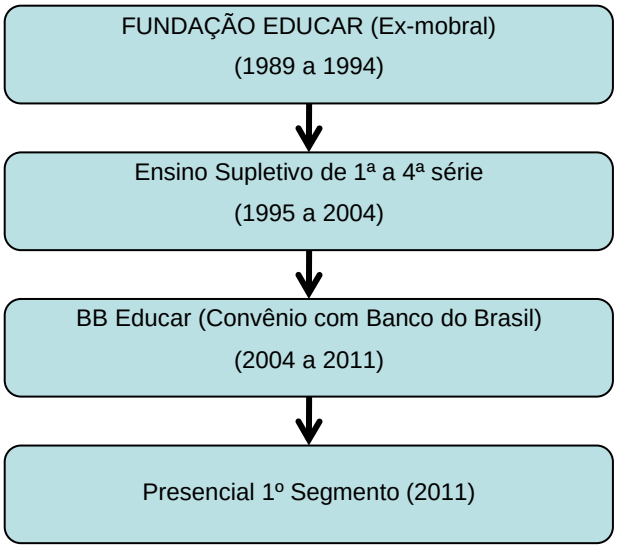

FIGURA 01 – Trajetória da Educação de Jovens e Adultos – Séries Iniciais
Fonte: Pesquisadora

Da mesma forma ocorreram diversas nomenclaturas na modalidade Presencial 2º Segmento, conforme a figura 02.

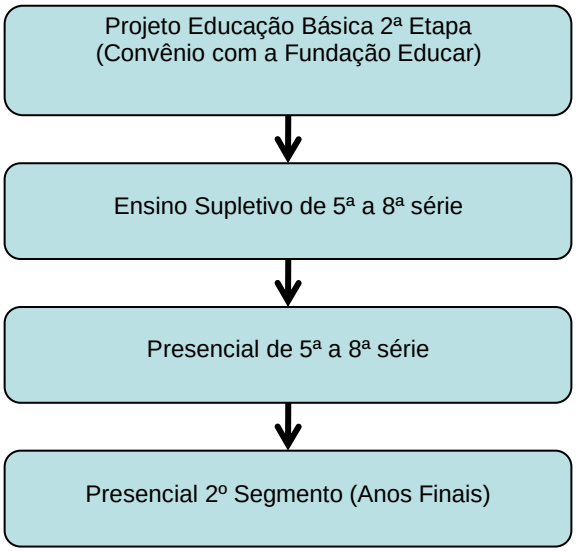

FIGURA 02 – Trajetória da Educação de Jovens e Adultos – Séries Finais
Fonte: Pesquisadora

3.3.1 Modalidade Presencial 1º Segmento

Conforme podemos perceber na figura 01, esta modalidade passou por diversas nomenclaturas e, consequentemente, concepções de EJA. Por mais que os objetivos possam ser semelhantes os convênios e as parcerias estabelecidas trazem consigo concepções diferenciadas em cada momento.

Assim, atualmente esta modalidade destina-se a jovens e adultos a partir de 15 anos, não alfabetizados ou que não concluíram as séries iniciais do Ensino Fundamental. Tem como objetivo oportunizar o domínio de instrumentos básicos da cultura letrada que lhes permitam melhor compreender e atuar no mundo em que vivem.

Conforme podemos perceber essa modalidade entrou em vigor após o fim do Projeto BB Educar[13].

Atualmente, tem-se 28 turmas em funcionamento nas escolas municipais e extensões, que compreendem: o CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, a Penitenciária Industrial de Joinville, o SOIS – Serviço de Organização de Inclusão Social e uma igreja situada no bairro Paranaguamirim.

É importante ressaltar que, nas turmas do presencial 1º segmento encontram-se sujeitos com diferentes níveis de conhecimento, ou seja, há pessoas não alfabetizadas, que não conhecem nem as letras do alfabeto, como também aquelas que aprenderam a ler, mas que ainda não estão aptas para frequentar o presencial 2º segmento que corresponde às séries finais do ensino fundamental.

O gráfico 06 traz o número de alunos matriculados nesta modalidade partindo do ano de 1997 até o ano de 2012. É importante mencionar que o valor referente ao ano de 2012 refere-se ao mês de março.

[13] A Fundação BB Educar foi um convênio assinado entre Prefeitura Municipal de Joinville com a Fundação Banco do Brasil, assim os professores pertenciam a Rede Municipal e a Fundação se responsabilizava em capacitar os professores, além de fornecer todo o material.

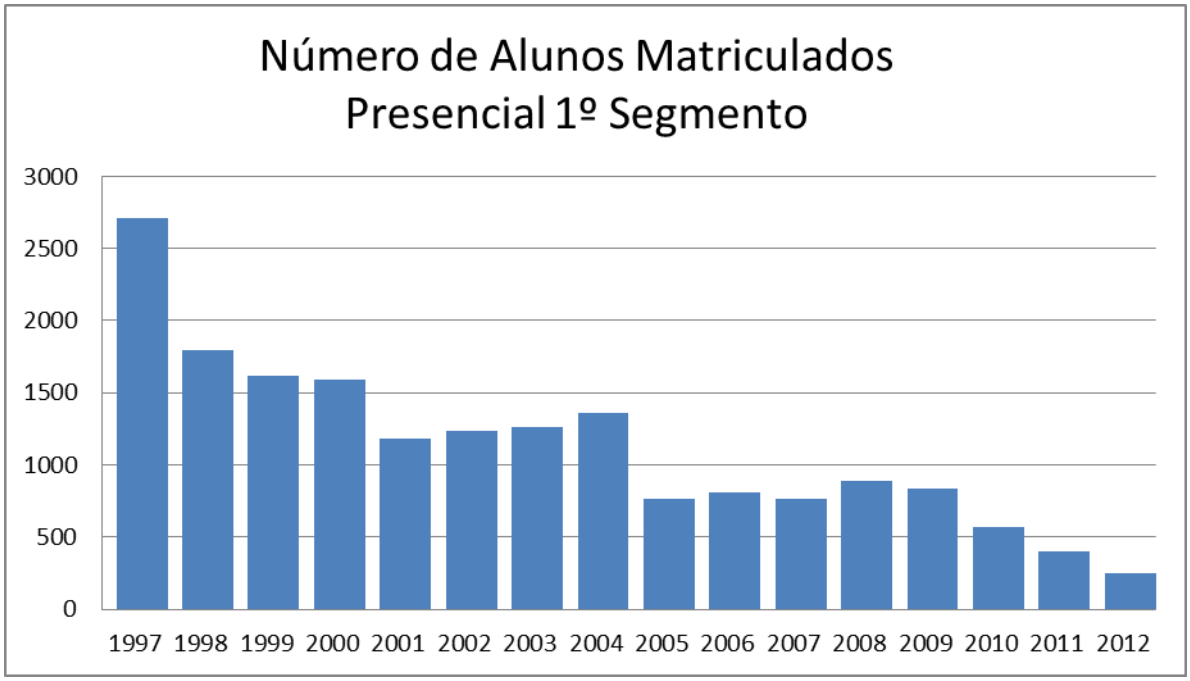

Gráfico 06 – Modalidade Presencial 1º Segmento (1º a 4º série)
Fonte: Serviço de Estatística e Planejamento da Secretaria de Educação

Observando o gráfico acima podemos verificar que o número de matrículas nesta modalidade vem decrescendo como o passar dos anos.

Ao analisarmos os índices de desenvolvimento humano do município de Joinville podemos observar um valor considerado como muito elevado, mas, como explicar a situação do número de analfabetos no nosso município que teve um aumento significativo, se compararmos a informação do Plano Municipal de Educação de 2004 onde constava que o Município possuía em torno de 6000 analfabetos e hoje o Censo nos traz que o nosso Município tem em torno de 9105 analfabetos?

É corrente a concepção simplificadora entre educadores, como também entre muitos dirigentes de que o problema se encontra no próprio analfabeto, ajudando assim na compreensão da lógica de que qualquer investimento que aí se faça é inócuo. (Paiva, 2005)

> Acrescente-se que, a imperar a lógica governamental, a demanda pouco existiria (como efetivamente aconteceu), porque especialmente no nível da alfabetização, nunca foi expressiva pelos estigmas que carregam os sujeitos quanto ao que significa ser analfabeto, o que muito frequentemente impede que eles se assumam em tal condição. O estigma, que vitima duas vezes o analfabeto, porque além da vergonha coloca-o como culpado pelo seu não

> saber, traz arraigada a não consciência do direito e quando a chance reaparece, é percebida como prêmio, como benção. Para a lógica do poder que rejeita e nega o direito a esses jovens e adultos, é confortável que assim seja, porque a demanda permanece contida pela opressão do próprio estigma, sem que haja cobrança dos benificiários do direito quanto a políticas públicas que traduzem esse direito. (SAMPAIO e ALMEIDA, 2009, p. 26)

Talvez esta seja uma questão a ser pesquisada em uma próxima etapa, buscando investigar onde estão os sujeitos analfabetos e dialogar com os mesmos em um exercício de escuta a fim de compreendermos seus objetivos, sonhos e razões, pois como diz Danilo Streck (2005), o pesquisador deve se colocar em posição de "escuta", e não agir como se já soubesse o que vai pesquisar. Neste sentindo citamos Gramsci no que refere à relação dialética entre intelectual orgânico e "povo-nação".

> Para Gramsci, a organicidade dos novos intelectuais está relacionada principalmente à sua profunda vinculação à cultura, à história e à política das classes subalternas que se organizam para construir uma nova civilização. Entre as páginas mais célebres dos seus escritos estão as que descrevem de maneira original e insuperável a relação entre intelectuais e "povo-nação".[...] Nessas páginas, podemos perceber claramente o abismo que separa a concepção dos intelectuais populares que "sentem" com "paixão" a vida dos "subalternos" e os intelectuais convencionais, funcionais à elite e especializados na administração e no controle da sociedade. (SEMERARO, 2006, p. 378)

3.3.2 Modalidade Presencial 2º Segmento

Nesta modalidade de Educação os jovens e adultos são agrupados por série como no ensino *regular*[14] , o que corresponde a um ano letivo para o ensino na educação de crianças e adolescentes, para a EJA corresponde a um semestre. Assim os jovens e adultos poderão concluir o ensino fundamental, séries finais em um período de dois anos.

Para cada disciplina há um professor habilitado e as disciplinas são distribuidas ao longo da semana. Cada dia de aula corresponde a 5 aulas com 36 minutos cada, sendo que ao término de cada aula bate um sinal para troca de

[14] Segundo Sartori (2011, p. 58) "a EJA é tão regular como o ensino ministrado às crianças e adolescentes que estão na idade considerada como "correta" na relação idade/série".

professores como diz Chico Buarque “[...] todo dia é sempre igual, ela acorda as 6 da manhã [...]”.

Podemos verificar que nesta modalidade de educação fica caracterizada a concepção de ensino supletivo como era chamada na LDB 5.692/71. Esta Lei ao abordar o ensino de adultos declara que este ensino se destinava a “suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos, que não a tinham seguido ou concluído na idade própria”.

> Importante observarmos que muitas práticas pedagógicas desenvolvidas em EJA, na atualidade, estão com suas bases na concepção de suplência oriundas da Lei 5.692, em especial as que mantêm suas propostas de trabalho à distância ou semipresencialmente. Mesmo com novas legislações e práticas diferenciadas, as permanências são difíceis de serem rompidas nessa modalidade de ensino, especialmente pela manutenção da concepção de função da EJA, também oriundas e difundidas por esta legislação. (SARTORI, 2011, p. 54)

Na Rede Municipal de Educação de Joinville encontram-se (em 2012) duas escolas que atendem a EJA com essa modalidade, no entanto, a Secretaria Municipal de Educacão formou um grupo de trabalho que conta com a participação de supervisores e professores da EJA para formação de um novo programa, tendo como objetivo uma nova concepção[15].

Abaixo apresenta-se o Gráfico 07, referente ao número de alunos matriculados nesta modalidade de ensino.

[15] A concepção que se pretende com esse novo programa de EJA é articular os conhecimentos científicos reunidos e sistematizados nos conteúdos escolares com os conhecimentos do cotidiano, resultante da experiência de vida dos trabalhadores e trabalhadoras na luta constante pela subsistência, por melhores condições de vida e pela emancipação de todas as formas de opressão.

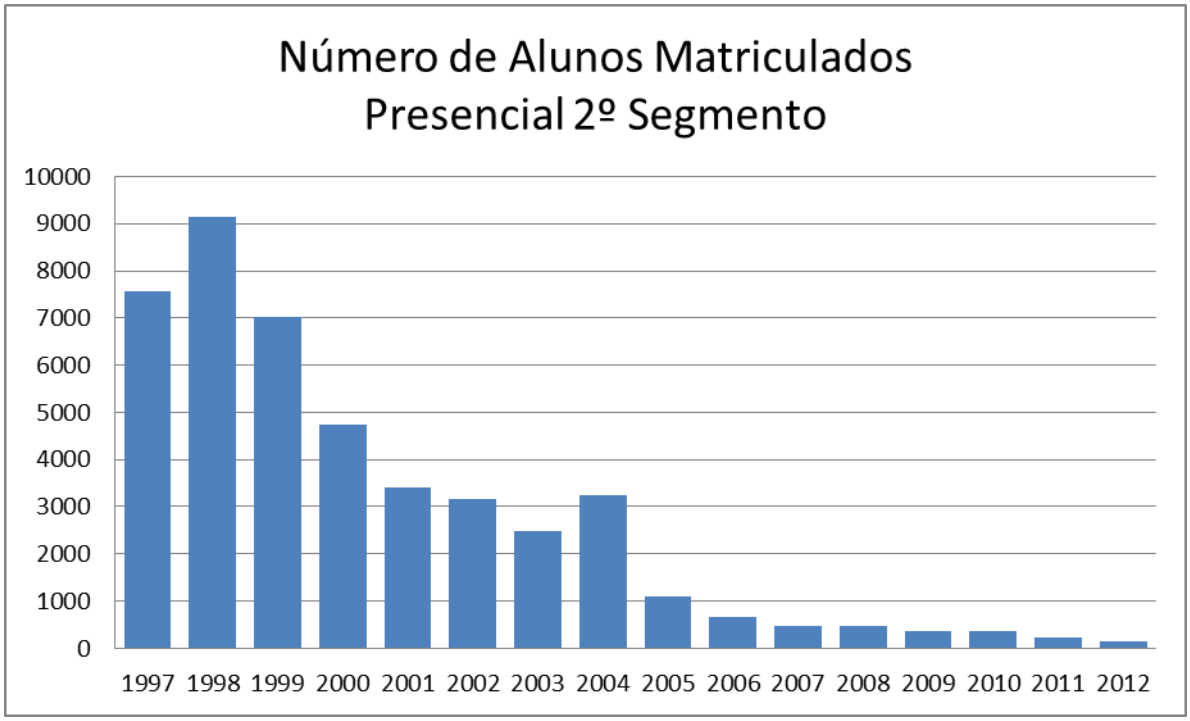

GRÁFICO 07 – Modalidade Presencial 2º Segmento (5º a 8º série)
Fonte: Serviço de Estatística e Planejamento da Secretaria de Educação

Como podemos perceber o número de alunos matriculados nesta modalidade vem diminuindo ao longo dos anos, isso foi uma consequência da diminuição do número de escolas que ainda atende nesta modalidade. Na verdade com a implantação do novo programa, Presencial 2º Segmento, a Secretaria de Educação pretende dar terminalidade aos alunos que já iniciaram esta modalidade para então extinguir esta forma de atendimento. Uma vez que, como já foi dito, nesta modalidade permanece a concepção do ensino supletivo.

3.3.3 Modalidade Ensino Modular

Esta modalidade de ensino teve início no ano de 1999 e, em sua proposta de implantação apresentam-se algumas justificativas para que ocorra a implantação desse projeto. Entre elas tem-se:

a) Promover o acesso à educação básica a todos os jovens e adultos que não a tenham recebido ou concluído na faixa etária obrigatória no ensino regular.

b) Qualificar e atualizar jovens e adultos, visando a sua inserção no mundo do trabalho e a criação de alternativas de renda.
c) Pelas sérias dificuldades financeiras dessas pessoas de se deslocarem para estudar.
d) Pelo grande número de pessoas sem escolaridade advindas de regiões vizinhas e outros estados que se alojam na periferia de Joinville em busca de um futuro melhor.

O Projeto de Implantação desta modalidade de ensino destaca três vantagens para Secretaria de Educação. (1) Social: Prevendo atingir um significativo número de pessoas que pretende reiniciar ou concluir o Ensino Fundamental; (2) Econômico: Destacando que o projeto traz ao município uma economia muito grande, pois um professor atende, em média, através desse sistema, 140 alunos com 20 horas de trabalho. No sistema presencial para atender 6000 alunos seriam necessários 150 professores de 20 horas aulas; (3) Político: Conquistando a cidadania os alunos atendidos serão eleitores conscientes e responsáveis, garantindo à sociedade um retorno político considerável. (Projeto de Implantação do Ensino Modularizado na Rede Municipal de Joinville, 1999)

Esta é uma modalidade considerada semipresencial, aonde o jovem/adulto vai para escola uma ou duas vezes na semana, tira dúvidas com um professor habilitado, participa de um aulão, como é chamado, e na sequência realiza uma avaliação. O aluno vai eliminando uma disciplina de cada vez, sendo que este deverá realizar todas as avaliações correspondentes para cada disciplina. As avaliações foram elaboradas pela Secretaria Municipal de Educação e o aluno dispõe de apostilas para cada matéria a fim de possibilitar seus estudos em horários alternativos.

Analisando a proposta desta modalidade de ensino podemos questionar se realmente esta modalidade é capaz de transformar o sujeito de tal forma que forme eleitores conscientes e responsáveis como apresentado no projeto de implantação. Diante desta proposta entendemos que estamos frente a uma Educação Bancária, conforme crítica de Paulo Freire quando diz que:

> Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. (FREIRE, 1987, p. 58)

Esta modalidade de Educação está em fase de terminalidade, ou seja, não é permitida matrícula de novos alunos. Em substituição ao ensino modularizado e ao ensino presencial 2º segmento, foi desenvolvido um novo programa de ensino presencial, que traz consigo uma nova concepção, conforme já mencionado, para a Educação de Jovens e Adultos.

Este novo programa tem como objetivo oferecer um ensino de qualidade aos jovens e adultos, buscando prepará-los para viver de forma crítica, criativa e autônoma a sua cidadania, desenvolvendo as potencialidades intelectuais, competências para o trabalho e visão política.

No entanto, mesmo não havendo novas matrículas, é nesta modalidade que se tem o maior número de alunos.

Apresentamos abaixo, o Gráfico 08 que se refere ao número de alunos matriculados nesta modalidade de ensino desde a sua implantação.

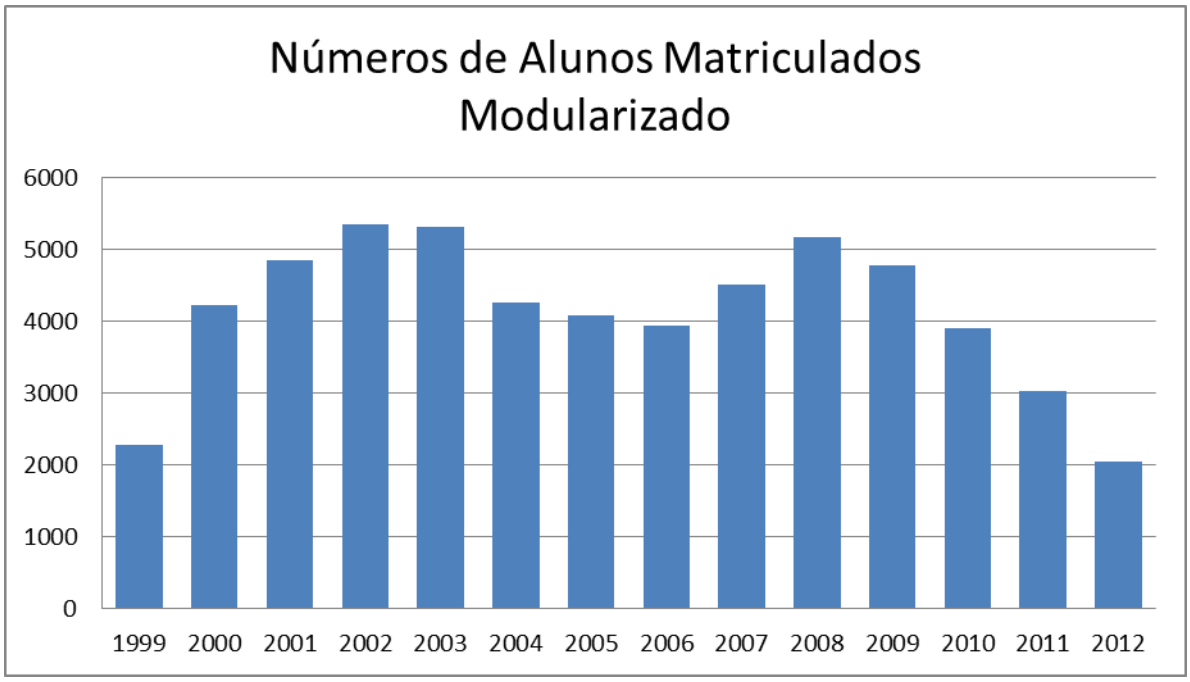

Gráfico 08– Números de alunos matriculados no ensino modularizado.
Fonte: Serviço de Estatística e Planejamento da Secretaria de Educação

Esta é mais uma das modalidades de Educação de Jovens e Adultos que ainda permanece com a concepção herdada da Lei 5.692/71, conforme referida anteriormente.

3.3.4 Modalidade Telessala

O telecurso é uma tecnologia educacional, reconhecida pelo MEC, que oferece escolaridade básica a quem precisa. No Brasil, o Telecurso teve seu início no ano de 1978, através da Fundação Roberto Marinho, onde se acreditava na televisão como instrumento capaz de levar educação a um grande número de pessoas. Assim, assistindo aos programas e comprando os fascículos que eram vendidos nas bancas, as pessoas podiam concluir os ensinos fundamental e médio, sendo que as provas eram aplicadas pelo governo.

Em 1995 os programas foram substituídos pelo Telecurso 2000, sendo então criadas as salas de aula onde o professor (mediador de aprendizagem) faz uso da metodologia da telessala. As salas foram normalmente instaladas em escolas, associações de moradores ou igrejas, a partir de convênios firmados entre a Fundação Roberto Marinho, governos, prefeituras, instituições públicas ou privadas.

> As ONGs, na década de 1990, seguram o atendimento a jovens e adultos, além das iniciativas dispersas em igrejas, movimentos de bairro etc. Mas é em meados dessa década a constituição do Telecurso 2000, que acabou sendo “a alternativa” de EJA, inclusive para muitos municípios que conveniam com o programa, formulado e vendido pela Fundação Roberto Marinho”. (SAMPAIO e ALMEIDA, 2009, p. 48)

O Relatório Anual de 2001, da Secretaria Municipal de Educação, aponta o início desse programa como uma das ações pedagógicas ocorridas nesse referido ano. Foram implantados dois Pólos de Telessalas que ocorreram na E.M. Abdon Batista e na E. M. Hans Dieter Schmidt, atendendo 80 alunos.

O projeto inicial da Telessala destina oportunizar o acesso aos estudos para quem não concluiu o Ensino Fundamental, e tem como um dos critérios a idade mínima de 16 anos completos, sendo que o aluno deve estar comprovadamente trabalhando.

O curso completo tinha duração de 11 meses e eram ministradas aulas diariamente por um professor com licenciatura plena em uma área de conhecimento específica e certificado de capacitação em Telessala.

Neste período ocorria um rodízio de professores na metodologia da Telessala, ou seja, o professor que era licenciado na disciplina de matemática, por exemplo, trabalhava durante alguns meses com as disciplina de matemática e ciências, de modo que ao concluir a disciplina com a turma, mudava de escola e iniciava a

mesma disciplina com outra turma.

Como estudado, a Modalidade Telessala passou por algumas modificações. A primeira refere-se à idade mínima para ingresso nos cursos de EJA, pois conforme Art. 5º da Resolução nº. 03 de 15 de junho de 2010, será considerada idade mínima para os cursos de EJA e para a realização de exames de conclusão de EJA do Ensino Fundamental a de 15 anos completos.

Outra modificação relevante refere-se ao professor que passou a lecionar todas as disciplinas, para tanto ficou estabelecido que poderá ser um pedagogo como também o professor licenciado em uma área de conhecimento.

A outra modificação diz respeito ao tempo de duração que passou a ser 24 (vinte e quatro) meses, de modo que seja possível o cumprimento do mínimo de 1.600 horas para os anos finais do Ensino Fundamental, conforme Resolução nº. 03, de 15 de junho de 2010.

É importante ressaltar que nesta modalidade o estudante trabalha com blocos de disciplinas, assim, pode iniciar em uma turma sempre que estiver começando uma nova disciplina.

Segue abaixo, o Gráfico 09, referente ao número de alunos matriculados na modalidade telessala entre os anos de 2002 a 2012.

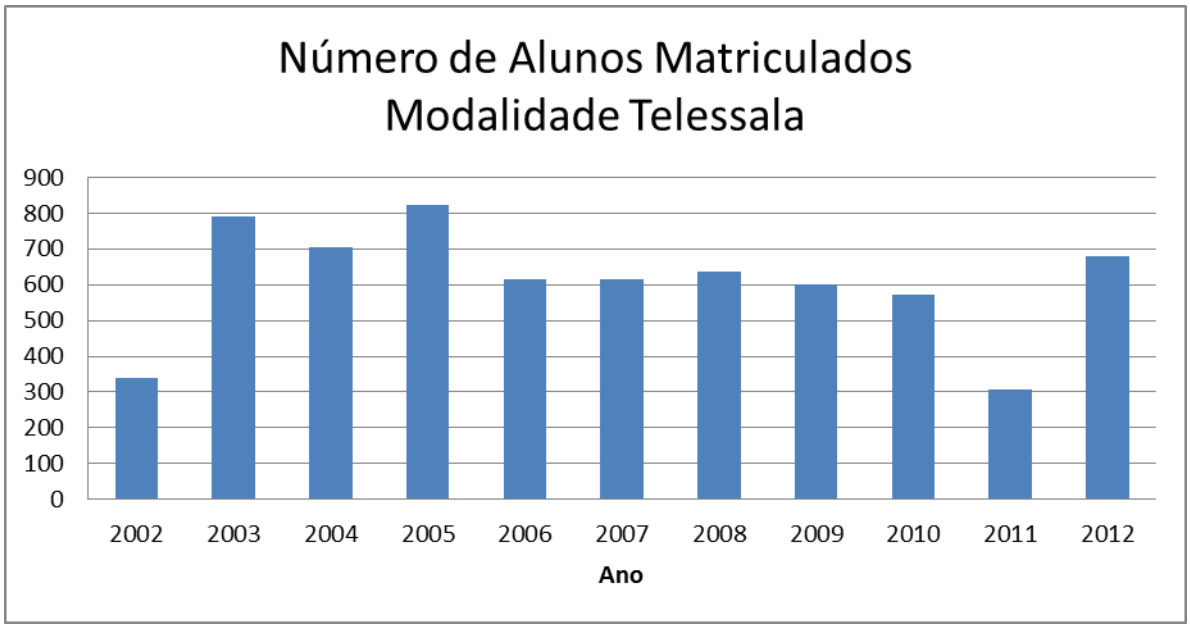

Gráfico 09 – Número de alunos matriculados na modalidade Telessala
Fonte: Serviço de Estatística e Planejamento da Secretaria de Educação

3.3.5 Modalidade Novo Presencial 2º Segmento: Avanços e Recuos

Esta modalidade de EJA foi desenvolvida por uma equipe de professores e de supervisores da EJA da Secretaria Municipal de Educação, com início no ano de 2011 e término em 2012.

A modalidade terá uma carga horária de 1.600 horas, conforme estabelece a Resolução nº 03/2010 e as aulas ocorrerão ao longo das semanas em encontros diários de 2ª a 5ª feira, das 18h30min às 22h. Dessa forma o aluno concluirá o Ensino Fundamental (6º ao 9º série) em dois anos.

A proposta da modalidade é fazer com que o aluno seja o sujeito de sua aprendizagem, através de uma organização metodológica onde a sala de aula se organize em grupos de trabalho.

Para tanto, o novo projeto foi divido em áreas do conhecimento, conforme o quadro 01, sendo que haverá um professor para cada área do conhecimento que irá trabalhar com a turma durante um período (18h30min às 22h) de aula, sem interrupção.

Quadro 01 - Distribuição da carga horária por área do conhecimento

Áreas do conhecimento	**Componentes Curriculares**	**Carga Horária Semanal**	**Carga Horária por Período**	**Carga Horária Total**
Ciências Humanas	Geografia História Artes	5 horas/aula	200 horas/aula	400 horas/aula
Línguas	Português Inglês	5 horas/aula	200 horas/aula	400 horas/aula
Ciências da Natureza e Cidadania	Ciências Física Química	5 horas/aula	200 horas/aula	400 horas/aula
Ciências Exatas	Matemática	5 horas/aula	200 horas/aula	400 horas/aula
TOTAL		**20 horas/aula**	**800 horas/aula**	**1600 horas/aula**

Fonte: Projeto Presencial 2º Segmento – Secretaria de Educação, 2012

Esse novo projeto destaca o intuito de promover uma educação diferenciada,

preocupada com os diferentes ritmos e histórias, buscando, dessa forma, uma organização didática onde as aulas são estruturadas de forma a respeitar a realidade dos alunos da EJA, para que promova a apropriação do conhecimento e a valorização das experiências e potencialidades, e ainda propõe-se a oferecer uma metodologia onde os temas geradores sejam o ponto de partida para a construção do conhecimento nas turmas.

Partindo desta concepção percebemos que há avanços para a Educação de Jovens e Adultos, entendemos que muito mais que oferecer vagas para a EJA é preciso articular o processo pedagógico às especificidades dos sujeitos jovens e adultos. Paulo Freire ajuda-nos a compreender esse processo quando se refere ao conceito de educar-se, pois segundo ele:

> Educar e educar-se, na prática da liberdade, é uma tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais. (FREIRE, 1992, p.25)

Os temas geradores serão desenvolvidos a partir dos cadernos da EJA, distribuídos pelo Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI.

Segundo o novo Projeto,

> Os cadernos deverão ser trabalhados como eixos norteadores onde os temas se adequarão à grade curricular proposta. Enfatiza-se que os cadernos EJA foram produzidos de forma que seus temas se adequam aos conteúdos, dando ênfase à contextualização e abertura para que o professor possa buscar outras fontes afins que complementem os conteúdos. (PROJETO 2º SEGMENTO, 2012, p.10)

Para que isso ocorra, está previsto encontros entre professores para a construção do planejamento participativo. E mensalmente acontecerá um encontro com objetivo de fazer o planejamento a partir da grade curricular bem como selecionar os cadernos e os temas geradores.

O quadro 02 apresenta a organização dos conteúdos programáticos por área do conhecimento e período:

Quadro 02 - Conteúdos programáticos por área do conhecimento e período

Ciências Exatas	
1º Período	**2º Período**
História da Matemática; Sistema de numeração decimal; Conjuntos: Noções fundamentais Tipos de conjuntos Conjunto dos números naturais Operações: • Subtração • Adição • Multiplicação • Divisão exata e não exata Números decimais • Decimais finitas, infinitas e periódicas; • Operações com números decimais; • Problemas envolvendo o sistema monetário; • Multiplicação e divisão por dez e potência de dez; • Medidas • Transformação de unidades de medidas; • Perímetro, área e volume. Potenciação e radiciação Divisibilidade por 2, por 3, por 5 e por 10 Números primos e compostos; Fatoração Operações com frações e porcentagem; Conjunto dos números inteiros; Operações Conjunto dos números racionais Operações Obs.: Concomitante com os conteúdos, trabalhar com tratamento de informação (estatísticas e gráficos)	Cálculo Algébrico – Equações e Inequações Razão – velocidade média; Proporção Números diretamente e inversamente proporcionais Regra de Três Porcentagem e resolução de problemas Juros simples Conjunto dos números reais Operações Monômios e polinômios Produtos Notáveis Fatoração Cálculo com radicais Equação do 2º grau Noções elementares de estatística Geometria Relação métrica e trigonometria do triângulo retângulo Teorema de Tales
Línguas	
1º Período	**2º Período**
Funções da linguagem • Emotiva • Poética • Referencial • Conativa • Fática • Metalingüística Níveis de linguagem • Língua culta • Língua popular Figuras de linguagem Coesão e coerência Concordância verbal e nominal Frases, orações e períodos Pontuação Classes de palavras Ortografia • Acentuação • Etimológica	Funções de linguagem Figuras de linguagem Linguagem verbal e não verbal Classes de palavras Denotação e conotação Crase Ortografia Etimológica Estrutura do texto dissertativo Variações lingüísticas Termos essenciais da oração Período simples e composto • Coordenação • Subordinação Obs.: Todos os conteúdos devem ser trabalhados a partir do texto e de maneira contextualizada. As produções textuais deverão seguir o processo de escrita e reescrita. Os temas geradores estão disponíveis nos cadernos da EJA. Review of previous given syllabus

• Emprego das letras maiúsculas Obs.: Todos os conteúdos devem ser trabalhados a partir do texto e de maneira contextualizada. As produções textuais deverão seguir o processo de escrita e reescrita. Os temas geradores estão disponíveis nos cadernos da EJA. Greetings • Introduction, expressions Alphabet and spelling School supplies Colors Numbers 0 a 10 Family; Pets, animals Birthday – age / how old? Time Personal information • Physical descripton (adjectives) and clothes Occupations and hobbies Daily routines and simple past actions Review of syllabus Obs.: Deve fazer parte do ensino aprendizagem o uso do dicionário, assim como, diversificar a integração dos conteúdos com músicas, textos, diálogos, filmes, jogos e atividades.	Daily routines – school schedule, TV, programs and simple presente, interview classmates Food and eating habits Numbers 100 – 1000 Grocery stores, supermarket and restaurant situations – how much, how many; Like and dislikes – tv programs, sports. Foods, pets… Present progressive Plares, countries and nationalities – where do you like? Months and seasons of the year My biography – simple past Superlatives Modal verbs – can, could, world, showld, must. Obs.: Deve fazer parte do ensino aprendizagem o uso do dicionário, assim como, diversificar a integração dos conteúdos com músicas, textos, diálogos, filmes, jogos e atividades.
Ciências Humanas	
1º Período	**2º Período**
História da arte Conceito de arte Arte no Brasil Sambaquis Sítios arqueológicos em Joinville Renascimento • Renascimento na Itália; (Michelangelo e Leonardo da Vinci) Arte indígena do Brasil • Impressionismo no Brasil Modernismo • Semana da Arte Moderna Arte primitiva Expressionismo • Lasar Segall • Cândido Portinari • Alfredo Volpi Cubismo • Pablo Picasso • Cubismo no Brasil Abstracionismo • Surrealismo Arte Contemporânea em Joinville Importância do estudo da História As origens da humanidade Os primeiros grupos humanos A pré-história em Joinville Das aldeias às cidades	Folclore Brasileiro Carnaval Artesanatos, artesões Danças e Ritmos • Forró, Frevo e capoeira Mitos e Lendas Arquiteturas Mesopotâmia, egípcia, grega e romana, Arte Romana Arte Medieval Arte Bizantina Arte Gótica Barroco • Barroco em Joinville • Escola Bolshoi no Brasil Teatro Brasileiro Circo • Circo no Brasil Cinema • Cinema Mudo • Cinema no Brasil Obs.: Procurar diversificar o processo de ensino – aprendizagem integrando os conteúdos a textos, livros e obras de atores que fazem parte do programa, usando estratégias a fim de fixar os conteúdos propostos.

O surgimento das cidades Os povos indígenas no Brasil A chegada dos colonizadores europeus Estrutura colonial e econômica Ciclos econômicos Negros: imigrantes forçados A África no Brasil: encontro de povos Brasil: país multicultural Culturas tradições e costumes Os indígenas na atualidade Brasil: um país de paz? Revoltas internas O processo de independência Que independência é essa? Brasil Imperial A economia e o Império A política de imigração A criação de Joinville O fim do Império Origem da geografia. Paisagem, tempo e espaço. A Terra e sua localização astronômica Meios de orientação e suas tecnologias Coordenadas geográficas e sua utilidade Latitude e longitude Os mapas e suas utilidades A história dos mapas A importância dos mapas Geologia e a origem da Terra Terra suas camadas Agentes internos e externos O Brasil e o vulcanismo Os minerais e suas utilidades Riquezas geológicas do Brasil Dinâmica atmosférica Camadas atmosféricas e funções Tempo, clima e fenômenos meteorológicos. Elementos e fatores climáticos Por que Joinville chove tanto? Ação antrópica sobre o clima As catástrofes climáticas Os efeitos no Brasil, Santa Catarina e Joinville. A Hidrosfera e sua dinâmica Águas Continentais e oceânicas Os rios e suas características Potencial hídrico brasileiro As enchentes e os alagamentos. Biomas globais e brasileiros Elementos que alteram os biomas.	Brasil Republicano Estruturação da República As revoltas republicanas O poder das oligarquias A economia café com leite As transformações econômicas O crescimento das cidades As fábricas e o operário Joinville no contexto industrial Os empreendedores em Joinville Joinville: um espelho de sua imigração A Revolução de 1930 A Era Vargas e os períodos Vargas e as Leis Trabalhistas O Brasil e a Segunda Guerra Mundial A Guerra Fria e seus reflexos no Brasil O populismo e as transformações econômicas As indústrias e suas diversificações Os movimentos sociais e o sindicalismo A ditadura militar e seus reflexos A economia no período militar O milagre econômico As grandes obras e as grandes dívidas Movimentos antiditadura A luta pela democracia A redemocratização Planos econômicos O Brasil escreve sua nova história Demografia uma ciência dinâmica Teorias demográficas Pirâmides etárias A realidade das pirâmides globais As pirâmides representam a realidade? Brasil, um país em transição demográfica A realidade populacional de Joinville As migrações e seus efeitos Somos migrantes, imigrantes ou emigrantes? A imigração no Brasil e seus momentos Joinville uma cidade de migrantes A economia move o mundo Os setores da economia e suas transformações Globalização e neoliberalismo A influência em nossos bolsos As benesses e as mazelas do capitalismo A globalização seus efeitos A sociedade da informação e das redes Sou um ser informado ou não existo. Consumismo: somos a geração do ser ou do ter? A importância da cultura no mundo. Os Mundos: Velho, Novo e Novíssimo. A reconstrução dos continentes e seus desafios Um processo de desconstrução e reconstrução contínua.
Ciências da Natureza e Cidadania	
1º Período	**2º Período**
Matéria Energia Cadeia Alimentar Relação dos seres vivos	Célula – divisão celular Tecidos Sistema do Corpo Humano Alimentos e Nutrientes

Harmônicas e desarmônicas, classificação Níveis de organização dos seres vivos Habitat e nicho ecológico Água – ciclo, mudança do estado físico, uso racional Reinos monera, protista, funji Animais vertebrados e invertebrados Educação ambiental – reciclagem Reino das plantas Composição do ar	Sistemas Educação sexual – DST, métodos contraceptivos, fecundação. Hábitos saudáveis Matéria e Energia Átomo – Estrutura, número de massa e número atômico Tabela periódica Funções químicas inorgânicas e orgânicas A química dos seres vivos Efeito estufa e chuva ácida Campos da física – mecânica, velocidade média, MRU, MRUV, energia, trabalho, força, potência, óptica.

Fonte: Projeto Presencial 2º Segmento – Secretaria de Educação, 2012

Nesse projeto, consta que a avaliação deverá ser um processo contínuo, abrangente, sistemático e flexível, de natureza qualitativa e quantitativa, que vise:

a) Planejar as intervenções docentes;

b) Criar formas de apoio aos estudantes que apresentem dificuldades;

c) Verificar se os objetivos propostos foram alcançados.

Assim, ficou estabelecido que para a constituição da nota atribuída ao estudante serão considerados critérios como: assiduidade, realização das tarefas, participação nas aulas, avaliações escritas, trabalhos, colaboração com colegas e professores, dentre outros itens desenvolvidos.

O projeto destaca que:

> Vale a pena enfrentar o desafio de construir um processo de avaliação capaz de contribuir para tornar a realidade uma educação democrática, por isso, cada professor deverá identificar a melhor maneira de avaliar seus estudantes e suas aulas, levando em consideração os conhecimentos prévios dos mesmos. (PROJETO 2º SEGMENTO, 2012, p.18)

Nesse Projeto, o ano letivo será dividido em três trimestres, onde o total anual de pontuação deverá atingir, no mínimo, 21 (vinte e um) pontos, ou seja, média 7,0 (sete), somando-se ao pré-requisito de 75% de presença para que haja a progressão do estudante.

Podemos observar neste parágrafo, o quanto esse Projeto tende a se aproximar do ensino dito como “regular” ao organizar o ano letivo e ainda na quantidade de pontos mínimos que o estudante deverá atingir, além do percentual de presença do estudante.

Neste momento nos perguntamos: Será que realmente estamos levando em consideração as especificidades dos sujeitos trabalhadores da EJA?

O Projeto visa fugir da perspectiva de uma avaliação classificatória e seletiva, constituindo assim, um conjunto de ações que permitam recolher dados para análise da constituição das competências, habilidades e atitudes por parte do estudante. Assim, a constituição de cada média trimestral será concebida a partir de, no mínimo, seis avaliações diversificadas.

Considerando que a avaliação contínua é parte integrante da prática pedagógica, implicando assim, a atenção constante de todos os envolvidos no processo e que as informações resultantes dessa atenção dirigida, sejam elas obtidas por meios formais ou informais, devam ser sistematizadas periodicamente, foi elaborada uma ficha de avaliação para cada estudante, de forma que o professor apresentará e explicará seu método de trabalho aos estudantes, deixando assim claro seus objetivos. (Projeto 2º Segmento, 2012)

Segundo o Projeto 2º Segmento (2012, p.19): “Essas fichas tem o objetivo de ser um ponto de partida para a reflexão sobre os resultados obtidos e indicam pontos positivos ou negativos relacionados ao ensino-aprendizagem”.

Ao final de cada trimestre será concedida uma semana exclusivamente para reforço de aprendizagem e recuperação de atividades.

No encerramento do ano letivo, o estudante que não atingiu a média anual maior ou igual a sete, terá direito a realizar provas de exames finais, cujo cálculo para composição da nota anual do estudante será realizada conforme Art. 94 do Regimento Único da Rede Municipal de Educação em Joinville.

Conforme Art. 94. (II) Regimento Único, “Será considerado aprovado o aluno que, após a realização da avaliação final, atingir média final (MF) igual ou superior a 5,0 (cinco)”.

Esse projeto foi aprovado pelo Conselho Municipal de Educação, conforme Resolução nº. 0186/2012/CME, no entanto o projeto Presencial 2º Segmento terá início em fevereiro de 2013.

Após aprovado pelo Conselho Municipal de Educação iniciou uma nova etapa que é o lançamento dessa nova proposta no sistema escolar, chamado EVN, esse processo não está concluindo ainda, pois, houve algumas incompatibilidades com o sistema regular de ensino.

A partir desse novo projeto para a Educação de Jovens e Adultos percebemos alguns avanços como também recuos. Percebemos que poderíamos ter avançado mais, entretanto, é muito cedo para uma análise mais aprofundada, uma

vez que esse novo projeto entrará em funcionamento somente em fevereiro de 2013. Entre eles podemos citar a forma como foi elaborado, ao reunir um grupo de professores próprio da EJA para estudos e posterior escrita, entendemos como um fator positivo, mas para que fosse realmente democrático poderíamos ter contado com a participação de alguns alunos da EJA, pois dentro da concepção da pedagogia da libertação, este conteúdo deveria ser estabelecido democraticamente entre educador-educando, levando em consideração a realidade em que o educando está inserida.

> E não se diga, com ranço aristocrático e elitista, que alunos, pais de alunos, mães de alunos, vigias, zeladores, cozinheira, nada têm a ver com isto. Que a questão dos conteúdos programáticos é de pura alçada ou competência de especialistas que se formaram para o desenvolvimento da tarefa. [...] Defender a presença participante de alunos, pais de alunos, mães de alunos, de vigias, de cozinheiras, de zeladores nos estudos de que resulte a programação dos conteúdos da escola, não significa negar a indispensável atuação dos especialistas, Significa apenas não deixá-los como proprietários exclusivos de um componente fundamental para a prática educativa. Significa democratizar o poder da escolha sobre os conteúdos (FREIRE, 1996, 110-111)

3.3.6 PROJOVEM Urbano

Em junho de 2005, a Medida Provisória nº 238, que instituiu o ProJovem, foi convertida na Lei nº 11.129/2005. Sua regulamentação deu-se em 05 de outubro de 2005, pelo Decreto nº 5.557/2005, que definiu, em seu artigo 2º, a finalidade do Programa:

> Executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma experimental prevista no artigo 81 da Lei nº 9.394/96, a elevação do grau de escolaridade dos jovens, visando à conclusão do Ensino Fundamental, a qualificação profissional, em nível de formação inicial, voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local.

O programa foi aprovado pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação como um curso experimental, com duração de 12 meses. Tinha como meta atender cerca de 200.000 jovens, de 18 a 24 anos de idade, no período de 2005 a 2008, atuando em todas as capitais brasileiras e no Distrito

Federal. Em 2006 ampliou-se o atendimento aos municípios das regiões metropolitanas que possuíam 200.000 habitantes ou mais, tendo havido a adesão de 29 cidades.

Ao longo do desenvolvimento do Projovem o programa foi acompanhado por meio do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA), integrado por nove universidades públicas e atuando em parceria com a Coordenação Nacional, oferecendo, dessa forma, subsídio para sua gestão e aperfeiçoamento. Assim em 2008, a Medida Provisória nº. 411/2007 foi convertida na Lei nº. 11.692/2008, que dispõe sobre o Programa de Inclusão de Jovens – Projovem e determina, em seu art. 2º:

> O Projovem, destinado a jovens de 15 a 29 anos, com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano, será desenvolvido por meio de modalidades: (I) Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo; (II) Projovem Urbano; (III) Projovem Campo – Saberes da Terra; e (IV) Projovem Trabalhador.

A Lei n. 11.692/2008 ampliou a faixa etária de atendimento para 18 a 29 anos e aumentou-se a duração do curso para 18 meses.

Em Joinville o Programa iniciou no ano de 2010 e tinha como objetivo atender 800 jovens. No entanto, o Programa iniciou atendendo 600 alunos e no final de 2010 estavam frequentando 439 alunos. Segundo o Relatório da Secretaria de Educação, “A meta não alcançada de 800 alunos é motivada pela transferência para outras cidades, alunos em fase de conclusão do Ensino Fundamental”.

Nesse ano o programa contou com 04 núcleos, incluindo a Penitenciária. Cada núcleo é formado por 05 turmas de 40 alunos, porém um núcleo contém 03 escolas e o outro tem 02 escolas, totalizando assim 07 (sete) escolas municipais que estavam atendendo o Projovem Urbano.

Em 2012 foram realizadas duas cerimônia de formatura do Projovem Urbano. A primeira ocorreu no dia 03 de maio, dentro da Penitenciária Industrial Jucemar Cesconetto, certificando na ocasião 27 alunos. E a segunda cerimônia de formatura ocorreu no dia 14 de junho, na Escola Municipal Heriberto Hülse certificando 88 alunos.

Diante do exposto podemos observar o grande número de evasão de jovens desse programa de governo, pois dos 600 alunos que iniciaram o Programa somente 115 alunos concluíram o Ensino Fundamental, bem como a qualificação profissional

que é proposta pelo programa.

Em nenhum momento, os relatórios apresentados pela Secretaria de Educação destacam a questão dos motivos para o alto número de jovens que não concluíram o Projovem Urbano. Entretanto, Blanco (2010) traz um artigo intitulado “O PROJOVEM Urbano na trajetória das políticas para juventude – Desafios do programa e perspectiva de análise” onde destaca que:

> Conforme dados disponibilizados no relatório parcial de avaliação 2007, mais de 50% dos jovens inicialmente matriculados no Programa Nacional de Inclusão de Jovens não concluem o curso. A maior parte deles – cerca de 37% - desiste no início das atividades e outra, em torno de 20%, evadem após freqüentar o Programa por um período (PROJOVEM, 2008 apud Blanco, 2010 p.08).

Entendemos que o PROJOVEM Urbano é um Programa que traz avanços para a população na provisão de direitos sociais básicos aos setores marginalizados da sociedade. Entretanto, para melhor compreensão desse Programa, seria necessário ampliar este estudo questionando e entrevistando os sujeitos envolvidos neste processo.

3.3.7 PROEJA-FIC

É o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e continuada com ensino fundamental que tem por objetivo oferecer educação profissional a jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino fundamental na idade regular.

Esse programa faz parte das diversas ações destinadas a promover formação profissional ao maior número possível de pessoas em todo o país e são realizadas entre o Ministério da Educação - MEC, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs e os municípios.

> Originário do Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005, e denominado inicialmente como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, o PROEJA expôs a decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual em geral, são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio.[...] Assim, essas experiências, em diálogos com os pressupostos referenciais do programa, indicavam a necessidade de ampliar seus limites, tendo como horizonte a universalização da educação básica, aliada à formação para o mundo do trabalho, com acolhimento específico a jovens e adultos com trajetórias escolares descontínuas. Em resposta a alguns desses questionamentos, a revogação do Decreto nº. 5.478, pela promulgação do Decreto nº. 5.840 de 13 de julho de 2006 trouxe diversas mudanças para o programa, entre elas a ampliação da abrangência, no que concerne ao nível de ensino, pela inclusão do ensino fundamental. (BRASIL, 2007 b, p. 12)

O programa prevê que os cursos tenham carga horária mínima de 1.400 horas, sendo 1.200 horas para formação geral (equivalente ao ensino fundamental) que ocorrem nas escolas e 200 para a qualificação profissional que ocorrem no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC.

Conforme Projeto de Curso desenvolvido pelo Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Joinville (2010, p. 04),

> Atualmente Joinville apresenta cerca de 515 indústrias metalúrgicas que carecem de constante qualificação de mão de obra operacional, no que se refere a processos de usinagem e soldagem. Contrapondo a isto há uma demanda reprimida de 10.338 jovens e adultos entre 18 e 29 anos, que não concluíram a 5ª a 8ª série do ensino fundamental. (IFSC, 2010, p. 04)

O projeto é fruto da parceria IFSC com a Secretaria Municipal de Educação - EJA. Prevê 90 vagas no curso de Formação Inicial e Continuada em Fabricação Mecânica Integrada ao Ensino Fundamental na Modalidade de EJA. O curso tem como objetivo capacitar e qualificar mão de obra para atuação no mercado de trabalho relacionado à área metal mecânica, assim como a elevação da escolaridade dos jovens e adultos do município de Joinville.

A primeira escola contemplada com uma turma de 30 alunos, que iniciou no dia 1º de Agosto de 2011 é a E. M. Valentim João da Rocha no bairro Vila Nova, com aulas de segunda a sexta-feira, das 18h30min às 22h.

A segunda turma do PROEJA-FIC iniciou em fevereiro de 2012 na mesma escola.

3.4 Instituições Atendidas pela Secretaria Municipal de Educação

3.4.1 Penitenciária Industrial Jucemar Cesconeto

> Sabemos que os direitos humanos são universais, dizem respeito a todos os seres humanos, são indissociáveis e interdependentes, isto é, não podemos garantir uns e negar outros. Em nenhuma situação social ou individual podem-se suspender os direitos humanos de qualquer pessoa. Numa situação-limite, como a da privação de liberdade, a pessoa presa tem direitos da cidadania suspensos, mas continua membro da humanidade, portanto, portadora dos direitos humanos universais. (DIAS, 2011, p. 241)

Diante do exposto, entendemos o quanto é necessário o atendimento a jovens e adultos em situação de privação de liberdade, pois com diz Paulo Freire, se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda.

Na Penitenciária Industrial Jucemar Cesconetto a Secretaria Municipal de Educação, atualmente, atende os apenados com aulas na modalidade Telessala e 1º Segmento.

Desde 2005 funciona a escola na Penitenciária, inicialmente com a Secretaria do Estado – através do CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos, trabalhando tanto com o Ensino Fundamental como o Ensino Médio. A partir de 2006 o Ensino Fundamental ficou sob responsabilidade da Secretaria de Educação do Município, a EJA e Ensino Médio com a Secretaria do Estado - CEJA.

Em 2009 a Secretaria de Educação atendeu três turmas, duas turmas de Telessalas (5ª a 8ª séries) e uma turma do 1º Segmento (1ª a 4ª Série). Já em 2010 atendeu quatro turmas: três turmas através do Programa Projovem Urbano (5ª a 8ª série), e uma turma do 1º Segmento.

Em 2011 atendeu sete turmas, cinco turmas de Projovem, uma turma de Telessala e uma turma do 1º Segmento.

No ano de 2012 a Secretaria atendeu quatro turmas, três turmas de Telessalas (matutino, vespertino e noturno) e uma turma do 1º Segmento (matutino). E para o próximo ano mais uma turma será atendida, na modalidade Telessala para os detentos que estão no regime semiaberto.

Desde 2009 concluíram o Ensino Fundamental cerca de 29 apenados na Telessala e 27 no Projovem Urbano, totalizando 56 apenados. Hoje temos 59 apenados estudando.

As aulas são de 2ª a 5ª feira e a metodologia utilizada é pautada na EJA, com a perspectiva de inclusão desses jovens e adultos, além da elevação da escolaridade com possibilidades de inserção no mercado de trabalho e cidadania, ajudando também na remissão da pena conforme os dias de aulas frequentados.

3.4.2 Presídio Regional de Joinville

No dia 06 de agosto de 2012 foi realizada a aula inaugural da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Presídio de Joinville. A diretoria do presídio disponibilizou uma área para que fosse instalada uma sala de aula e a Secretaria de Educação cedeu móveis e materiais didáticos.

A proposta é oportunizar a continuidade do Ensino Fundamental por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), colaborando para reeducação da demanda carcerária e posterior inserção na sociedade.

A escola, com uma sala de aula dentro do Sistema Carcerário, é um local de comunicação e interações, oportunizando a socialização na medida em que oferece ao estudante outras possibilidades referenciais de construção de sua identidade e de resgate da cidadania perdida.

Iniciaram as aulas 20 detentas na modalidade Telessala.

3.4.3 Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório – CASEP

O CASEP é uma instituição voltada a manter em privação de liberdade adolescentes em conflitos com a lei, bem como lhes proporcionar atendimento sociopsicopedagógico. Na instituição, os menores recebem apoio socioeducativo e realizam diversas atividades que visam à reintegração social.

Inaugurado em 02 de abril de 2001, o CASEP mantém privados de liberdade adolescentes da Comarca de Joinville, na faixa etária dos doze anos completos aos dezoitos incompletos, e, conforme art. 2º do ECA, implicados em atos infracionais, com internação determinada por quarenta e cinco dias, aproximadamente (art.108 e 183 do ECA).

A Educação de Jovens e Adultos mantém dentro do CASEP uma turma na modalidade de ensino modular, que funciona como extensão da Escola Municipal Sadalla Amin Ghanem.

3.4.4 Comunidade Terapêutica Opção de Vida

Atua na recuperação de dependentes químicos e alcoólatras, através de uma Comunidade Terapêutica que está instalada numa fazenda localizada no Distrito de Pirabeiraba, em Joinville/SC, com capacidade para atender 50 internos.

Tem como objetivo ajudar o dependente químico a se tornar uma pessoa livre através da mudança do estilo de vida, levando a ser um homem adulto e autônomo, capaz de realizar um projeto de vida construtivo, de aprender a estar bem consigo mesmo e com os outros, sem a “ajuda” das substâncias psicoativas.

O tempo de duração do tratamento é de 09 meses em regime de internação, dividido em três etapas, sendo a primeira etapa desintoxicação (três meses), segunda etapa a interiorização (três meses) e terceira etapa a ressocialização (três meses). A metodologia aplicada consiste basicamente em: Oração, Disciplina e Atividade Terapêutica.

A instituição é mantida através de mensalidades e doações, e também dispõe de vagas sociais para pessoas em vulnerabilidade social, beneficiando principalmente adolescentes advindos de programas assistenciais (Secretaria de Bem-Estar Social) e de medidas socioeducativas (Vara Infância e Juventude da Comarca de Joinville).

A Educação de jovens e Adultos mantém uma turma de ensino modularizado duas vezes por semana, que têm por objetivo a continuidade dos estudos dos internos e elevação efetiva da escolaridade. Funciona como extensão da Escola Municipal Emílio Paulo Hardt.

3.3.5 Comunidade Terapêutica Rosa de Saron

A Comunidade Terapêutica Rosa de Saron é uma entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 06/11/1993 e visa prestar atendimento a usuárias de drogas adolescente/jovem de 12 a 18 anos e a mulher acima de 18 anos das diversas classes sociais, considerando as que estão fragilizadas pela pobreza e excluídas socialmente (as que não têm moradia), as que necessitam ou não de acompanhamento médico e psicossocial, em conflito com a família ou com a lei. Tendo todas um histórico de dependência tóxica.

A Comunidade Terapêutica Rosa de Saron atende em duas Unidades. Uma unidade possui capacidade para atender 30 adolescentes/jovens e a outra unidade possui capacidade para atender 20 (vinte) mulheres acima de 18 anos.

Segundo o Relatório Mensal Quali-quantitativo da Comunidade Terapêutica,

> Nossa missão é de oferecer estrutura física e psicossocial de qualidade para adolescentes do sexo feminino e mulheres quimiodependentes, promovendo a reinserção social-familiar ocupacional e educacional das usuárias, utilizando-nos dos princípios que norteiam as Comunidades Terapêuticas onde os indivíduos tornam-se protagonistas das ações, ajudando e sendo ajudados. (RELATÓRIO MENSAL, 2011).

A Secretaria de Educação, por meio da Educação de Jovens e Adultos, atende uma turma na própria unidade através do ensino modularizado.

Cabe ressaltar que nessas três últimas instituições citadas, como já mencionado em cada uma delas, a Secretaria de Educação atende por meio do ensino modularizado, no entanto, como esta modalidade de ensino está em fase de terminalidade, há de se pensar em uma nova proposta a fim de atender os sujeitos jovens/adultos que estão inseridos nas instituições e que não concluíram o Ensino Fundamental.

3.3.6 Centro POP

> Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a

> inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança. (CF, art. 5º)
> São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. (CF, art. 6º)

A Constituição Federal de 1988, em seus art. 5º e 6º, destaca que "todos são iguais perante a lei". No entanto, sabemos que os direitos hoje conquistados são resultados de reivindicações da sociedade a partir dos movimentos sociais.

O acelerado crescimento das cidades, na década de 80, agravou as questões sociais e, consequentemente, aumentou as taxas de desemprego em função das pessoas que migraram de regiões rurais. Em sua grande maioria eram pessoas com baixa ou nenhuma escolaridade e qualificação profissional.

Com a redemocratização do País, iniciou vários projetos de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua, constituindo-se assim, a base da formação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Ruas (MNMMR), em 1985.

Outra questão que merece destaque ocorreu no dia 07 de setembro de 1995, a Pastoral Social juntamente com as demais Igrejas do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, movimentos sociais, entidades e organizações da sociedade civil, mobilizaram-se com o objetivo de dar visibilidade aos direitos e necessidades da população que tinha as ruas como seu espaço de moradia e sobrevivência. Esse movimento ficou conhecido como o Grito dos Excluídos[16].

A Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS realizou, em 2005, o I Encontro Nacional de População em Situação de Rua, do qual participaram representantes de vários municípios, fóruns e entidades da população em situação e rua e organizações não governamentais, além de representantes do próprio MDS. O objetivo desse encontro foi conhecer os desafios, bem como definir estratégias para a construção de políticas públicas para as pessoas em situação de rua.

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), previsto no Decreto nº 7.053/2009 e na Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais, constitui-se em unidade de referência da PSE de Média

---

[16] O pressuposto básico do Grito é o contexto de aprofundamento do modelo neoliberal como resposta à crise generalizada a partir dos anos 70 e que se agrava nas décadas seguintes. A economia capitalista globalizada, a precarização das relações de trabalho e a guerra por novos mercados geram massas excluídas por todo o mundo, especialmente nos países periféricos. Disponível em: (http://www.gritodosexcluidos.org/historia/#2)

Complexidade[17], de natureza pública e estatal. Diferentemente do CREAS, que atua com diversos públicos e oferta, obrigatoriamente, o Centro POP volta-se, especificamente, para o atendimento especializado à população em situação de rua, devendo ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

O Centro POP representa espaço de referência para o convívio grupal, social e para o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Na atenção ofertada no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua devem-se proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social.

A gestão do Centro de Referência para População em Situação de Rua no município é de responsabilidade do órgão gestor da política de Assistência Social.

Atualmente a Secretaria de Educação atende uma turma na modalidade Telessala (6º ao 9º ano) no Centro POP. Entretanto, assim como em todas as modalidades da EJA é fundamental conhecermos as especificidades dos sujeitos, pois, o grupo de frequenta o Centro POP possui outras particularidades, conforme abordado no Decreto n. 7053/2009.

> Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Decreto nº 7053/2009, art. 1º, Parágrafo Único).

Em visita e acompanhamento da turma que frequenta a Educação de Jovens e Adultos, dentro do Centro POP, pode-se observar que dentro da metodologia da Telessala foi necessário fazer algumas adaptações a fim de melhor atender a essa população. Entretanto ainda não há registros sistematizados de como estão ocorrendo essas aulas, uma vez que as aulas iniciaram em abril de 2012. Ficando, assim, como uma sugestão para o ano de 2013, o registro das especificidades de atendimento dessa turma em questão.

---

[17] A proteção social especial de média complexidade organiza a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado que requerem maior estruturação técnica e operativa, com competências e atribuições definidas, destinados ao atendimento às famílias e aos indivíduos em situação de risco pessoal e social, com direitos ameaçados ou violados. Devido à natureza e ao agravamento dos riscos, pessoal e social, vivenciados pelas famílias e indivíduos atendidos, a oferta da atenção na Proteção Social Especial de Média Complexidade requer acompanhamento especializado, individualizado, continuado e articulado com a rede. (Orientações sobre o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua Disponibilizado pelo MDS/SNAS/DPSE em Setembro de 2011)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFLEXÕES SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE JOINVILLE

A Educação de Jovens e Adultos representa uma possibilidade na vida de inúmeras pessoas que por diversos motivos não concluíram o Ensino Fundamental e Médio. Assim, dentro desta premissa, a pesquisa fundamentou seu objetivo no entendimento do processo de implantação das ações e dos programas estabelecidos dentro da modalidade de Educação de Jovens e Adultos na Rede Municipal de Joinville, tomando como ponto de partida a Constituição Federal de 1988.

A partir da análise e compreensão da legislação, buscamos percorrer nesta pesquisa o desenvolvimento histórico das políticas públicas de EJA.

A Constituição Federal de 1988 é um marco jurídico importante no que se refere ao direito à educação, e em especial, à Educação de Jovens e Adultos. Entretanto, na segunda metade da década de 90, mesmo havendo um marco legal como a Constituição Federal de 1988, assim como a LDB, o Plano Nacional entre outros, a EJA por diversas vezes continuou ocupando um lugar marginal no reconhecimento da educação como um direito público subjetivo. Embora há que se mencionar que é também na década de 90 que os movimentos sociais ganham novos formatos e, consequentemente, as políticas sociais são fortemente afetadas, incluindo assim, as ações voltadas para a educação.

Q

uanto aos indicadores levantados, observamos que os índices foram reveladores no sentido de visualizar alguns avanços nas políticas públicas educacionais para a Educação de Jovens e Adultos, mas também se revelam ainda muito aquém da universalização do direito à educação.

No Brasil ocorre uma signigicativa queda na taxa de analfabetismo entre os anos de 2004 a 2009, que vai de 11,45% a 9,70%, respectivamente. Essa queda na taxa de analfabetismo também se evidenciou nas regiões brasileiras, embora existam disparidades entre as regiões quando comparadas.

Em nosso estado observamos, nesse período, um aumento do número de analfabetos, entretanto não há estudos específicos para essa questão. Dessa forma,

levantamos no decorrer desta pesquisa nossa preocupação no que se refere ao analfabetismo da população residente nas regiões rurais de nosso estado.

Já com relação à Educação de Jovens e Adultos no município de Joinville, a pesquisa nos revela que entre caminhos e descaminhos a Educação de Jovens e Adultos ainda não se efetivou como uma política pública em nosso munícipio. Assim, entendemos que a implementação das políticas educacionais, no atendimento aos sujeitos da EJA, não pode ser protelada.

Observamos que a Educação de Jovens e Adultos vem sendo incorporada ao longo dos anos, mas também destacamos que a Educação de Jovens e Adultos precisa ainda avançar, começando com a ruptura da visão de educação compensatória e supletiva, passando pelo reconhecimento da EJA como uma política pública, e não apenas de governo.

Outra questão levantada no decorrer desta pesquisa revela que o lugar da EJA em nosso município é ainda anônimo de políticas públicas. A exclusão neste campo é invisibilizada pelos Indicadores de Desenvolvimento Humano. E neste sentido há lacunas profundas sobre o movimento e a documentação referente a estes processos. Diante disto, o trabalho ainda é “escovar ou “escavar” a História a contrapelo” como diz Walter Benjamin (1994).

No decorrer deste processo de construção, salientamos mais uma vez a grave situação de não se ter registros, sejam eles oficiais e não formais, e compreendemos a importância destas fontes para a construção de uma política pública, pois muitas de nossas ações que realizamos no cotidiano de nosso trabalho poderão ser fontes importantes para a compreensão da realidade, pois como diz Sartori (2011, p. 119) “trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos é assumir o compromisso também de utilizar-se do conhecimento adquirido para intervir na realidade e promover uma Educação de Jovens e Adultos pública, gratuita e de qualidade”.

A partir deste estudo foi possível observar muitas lacunas de tal forma que abrem espaços para novas abordagens sobre o tema. Diante disto, colocamos a seguir algumas questões que nos pareçam complementar a discussão oferecida nesta pesquisa como:

- Traçar o perfil social dos sujeitos da EJA que vêm ocupando as escolas do município, pois a partir destes estudos poderíamos compreender se a demanda que frequenta são mais jovens, se são do meio rural ou urbano, se já tiveram

experiências anteriores de escolarização e suas expectativas frente à escola.

- Outra questão importante seria compreender a articulação dos movimentos sociais no município, frente às exigências e participação na efetivação das políticas de EJA, assim como resgatar a trajetória dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos no Estado de Santa Catarina, a fim de fomentar o debate e a formação de fóruns de EJA no município.

Fica assim registrada a nossa construção inicial que, como ressaltamos, foi um trabalho com muitas contribuições coletivas, onde há muito por se fazer.

E para finalizar, ressaltamos e acreditamos que a EJA é uma educação possível e capaz de mudar a vida de uma pessoa, permitindo assim, a muitos brasileiros o tão desejado direito, o direito de desenhar o seu de si, o seu nome.

REFERÊNCIAS

ALBERT. O. T. A descoberta das letras aos 71 anos. **AN Cidade**, 12 de fevereiro de 2001. Disponível em: http://www1.an.com.br/2001/fev/12/0cid.htm. Acesso em: jan/2013.

ALVARENGA, M. S. Educação de Jovens e Adultos: percursos diálogos em face às Desigualdades. *In*: **Educação Como Exercício de Diversidade**. Brasília/DF/ ANPED – MEC/SECAD/2007.

ARROYO, M. G. Imagens **quebradas: Trajetórias e tempos de alunos e mestres**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BEISIEGEL, C. R. Estado e educação popular. Brasília: Liber Livro, 2004.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas, v. 1).

BLANCO, D. M. O PROJOVEM Urbano na trajetória das polítcas para juventude – Desafios do programa e perspectivas de análise. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v.2, n.3, jul. 2010. Disponível em: http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.O%20ProJovem%20na%20trajet%C3%B3ria%20das%20pol%C3%ADticas%20para%20juventude.pdf. Acesso em: abr. 2013

BOBBIO, N. **A era dos direitos.** 17. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil, 05 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

_____. **Lei n°. 9394**, **de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez.1996a Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

_____. **Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996**. (Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal, e da nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc14.htm. Acesso em: abr./2012.

_____. **Emenda Constitucional nº 53**, de 19 de dezembro de 1996. (Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art.

60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm. Acesso em: mai./2012

_____. **Lei nº 8.069**, **de 13 de julho de 1990**. (Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: jan./2012

_____. **Resolução CNE/CEB nº. 11 de 10 de maio de 1998**. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/CNE_EAD_EJA/PA_CEB_11_00.pdf. Acesso em: mar/2011.

_____. **Resolução CNE/CEB nº. 03 de 15 de junho de 2010**. Disponível em: forumeja.org.br/mt/sites/forumeja.org.br.mt/files/Diretrizes_Operacionais_de_EJA_2010.pdf. Acesso em: mar./2012.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento base do PROEJA**: Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, SETEC, 2007.

CHOMSKY, Noam. O lucro ou as pessoas: neoliberalismo e ordem global. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CURY, C. R. J. Por uma nova Educação de Jovens e Adultos. In: TV Escola, Salto para o Futuro. Educação de Jovens e Adultos: continuar... e aprender por toda a vida. **Boletim**, 20 a 29 set. 2004. Disponível em: http://cereja.org.br/arquivos_upload/saltofuturo_eja_set2004_progr2.pdf. Acesso em: nov./2011.

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

DI PIERRO, M. C. (Coord.) **Seis anos de Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2003. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/portal/components/com_booklibrary/ebooks/seisanoseja.pdf. Acesso em: 02 fev. 2013

_____. Maria Clara. Um balanço da evolução recente da educação de jovens e adultos no Brasil. In: VÓVIO, Claudia Lemos; IRELAND, Timothy. **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos**. Brasília: UNESCO, 2008.

DIAS, F. Os direitos humanos, o direito a ser educado e as medidas socioeducativas. In: SCHILLING. F.; **Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

2009.

_____. Paulo. **A importância do ato de ler**. 22 ed., São Paulo: Cortez, 1988.

_____. **Pedagogia da Tolerância**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

_____. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996

_____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GALVÃO, R. C. S. **Educação, Direito e Cidadania: Ensaios críticos**. São Paulo: Giz Editorial, 2010.

GENTILI, P. A. A; SILVA, T. T. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais** – paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. M. G. **Movimentos sociais e educação**. – 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 1999.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, M. L., *et al*. **Fazendo Pesquisa: do projeto à comunicação científica**. 3. ed. Joinville. SC: Editora UNIVILLE. 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/. Acesso em: nov./2012.

INEP, Mapa do Analfabetismo no Brasil. Disponível em: http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7B3D805070-D9D0-42DC-97AC-5524E567FC02%7D_MAPA%20DO%20ANALFABETISMO%20NO%20BRASIL.pdf. Acesso em: 19 de jan. de 2012.

IPEA, Comunicado do Ipea nº. 70 – Dezembro de 2010. **Evolução do analfabetismo e do analfabetismo funcional no Brasil – Período 2004 – 2009**. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101209_comunicadoipea70.pdf. Acesso em: 20 fev. 2012

JOINVILLE, **Plano Municipal de Educação 2004/2005**.

_____. **Relatório da Secretaria de Educação – 1988.**

_____. **Relatório Trimestral da Secretaria de Educação – Jan/Mar. 1989**

_____. **Relatório Anual da Secretaria de Educação – 1995**

_____. **Relatório Anual da Secretaria de Educação – 1996**

_____. **Relatório Sintético das Atividades da Secretaria – Gestão 1997**

_____. **Relatório Anual da Secretaria de Educação – 1998**

_____. **Relatório Anual da Secretaria de Educação – 1999**

_____. **Relatório Anual da Secretaria de Educação – 2000**

_____. **Relatório das Atividades da Secretaria de Educação – 2001**

_____. **Relatório da Secretaria de Educação - 2002 a 2004**

_____. **Relatório da Secretaria de Educação – 2005 a 2006**

_____. **Relatório da Secretaria de Educação – 2007 a 2008**

_____. **Relatório Anual da Secretaria de Educação - 2009**

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estruturas e organização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KOERNER. A. Direitos humanos e as leis no Brasil. *In*: SCHILLING. F.; **Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KREMMER, A. **Debulhando a Pinha: Educação, Desenraizamento e o Processo Educacional dos Sujeitos do Campo no Município de Bom Retiro/SC**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2007.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MARTINS, V. J. 2009. **As Conferências Internacionais de Educação de Adultos do Século XX (CONFITEAS): Concepções e propostas.** Dissertação de Mestrado.

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Belo Horizonte. Brasil. http://www.et.cefetmg.br/permalink/9f785d21-5869-11df-9c99-00188be4f822.pdf Acesso em: 21 de jan. 2012.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M. C. S. DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948**. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm. Acesso em: 06 jun. 2011.

OLIVEIRA, Marta Kohl, **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.** Revista Brasileira de Educação Set/Out/Nov/Dez 1999 N° 12

PAIVA, J. 2005. **Educação de Jovens e Adultos: direitos, concepções e sentidos**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil. Disponível em: http://www.bdtd.ndc.uff.br/tde_arquivos/2/TDE-2006-08-11T111132Z-303/Publico/UFF-Educacao-Tese-JanePaiva.pdf Acesso em: jan. 2012.

SAMPAIO, M. N.; ALMEIDA, R. S.; Uma apresentação para recuperar histórias/experiências. *In*: SAMPAIO, M. N.; ALMEIDA, R. S.; **Práticas de Educação de Jovens e Adultos: complexidades, desafios e propostas**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009.

SANTOS, A. R., VIANA, D. Educação de Jovens e Adultos: uma análise das políticas públicas (1998 a 2008). *In*: SOARES. L.; (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: o que revelam as pesquisas**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011.

SANTOS, Milton. Da Totalidade ao Lugar. São Paulo: Editor a da Universidade de São Paulo, 2005. (Coleção Milton Santos; 7).

SARTORI, A.; Legislação, políticas públicas e concepções de educação de jovens e adultos. *In*: LAFFIN, M. H. L. F.; (Org.). **Educação de jovens e adultos e educação na diversidade**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2011

SAVIANI, D. *et al*. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

_____, D. **Escola e Democracia**. 23. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

_____, D. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. 6. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SELL. C. E. Karl Marx. *In*: _____, **Sociologia Clássica**. Itajaí: Univali, 2001.

SEMERARO, G.; Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. *In*: **Cadernos CEDES**, Campinas, vol. 26, n. 70, p. 283-404, set./dez. 2006

SOARES. L. J. G. Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

STRECK, D. Pesquisar é pronunciar o mundo. *In*: STRECK, Danilo; EGGERT, Edla; SOBOTTKA, Emil (Orgs.). **Dizer a sua palavra**: educação cidadã, pesquisa. Pelotas: Seiva, 2005.

_____. ENTRE EMANCIPAÇÃO E REGULAÇÃO: (DES)ENCONTROS ENTRE A EDUCAÇÃO POPULAR E OS MOVIMENTOS SOCIAIS. *In*: **ANPED, 32ª**, 2009, Caxambu. Sessões Especiais. “Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/sessao_especial/32%20ra%20-%20sessao%20especial%20-%20DANILO%20ROMEU%20STRECK.pdf> . Acesso em: jan. 2013.

TAMANINI, E., SCHNEIDER, L. H., PEIXER, P. D. Z. I., MUNARIM,A., VENDRAMINI, C., CONDE, S., BITTENCOURT, N. Política pública de Educação do Campo: a articulação entre o Estado e a Sociedade *In*: **Educação do campo: desafios teóricos e práticos**. 01 ed. Florianópolis: Editora Insular, 2009, v.01.

TAMANINI, Elizabete; GRÜN, Mauro; PEIXER, Zilma I. Desertos Verdes e Azuis: grandes empreendimentos (UHE e Pínus) e as práticas de resistência da sociedade civil na Serra Catarinense. In: BRAVO, Alvaro. Ciudades, Medioambiente y Sostenibilidad . Sevilla: ArcBel, 2007.

TORRES, C. A.; Estado, políticas e educação de adultos. *In*: GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E.(orgs.). **Educação de jovens e adultos: teoria e proposta**. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2011

UNESCO. **V Conferência Internacional sobre a Educação de Adultos**. Declaração de Hamburgo. Hamburgo, Alemanha, julho 1997. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129773porb.pdf. Acesso em: jan. 2012.

VEIGA, José Eli da. Cidades imaginárias : o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.